



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO  
E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

HERQUIMEIRE CRISTINA GUARRIDO AUGUSTO

OS SERVIÇOS CONTÁBEIS NECESSÁRIOS À GESTÃO DAS EMPRESAS  
DO COMÉRCIO VAREJISTA DA CIDADE DE SOUSA/PB

SOUSA - PB  
2006

HERQUIMEIRE CRISTINA GUARRIDO AUGUSTO

OS SERVIÇOS CONTÁBEIS NECESSÁRIOS À GESTÃO DAS EMPRESAS  
DO COMÉRCIO VAREJISTA DA CIDADE DE SOUSA/PB

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão e Administração Pública, do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão e Administração Pública.

Orientadora: Professora Ma. Victoria Puntriano Zúñiga.

SOUSA - PB  
2006

HERQUIMEIRE CRISTINA GARRIDO AUGUSTO

OS SERVIÇOS CONTÁBEIS NECESSÁRIOS À GESTÃO DAS EMPRESAS DO  
COMÉRCIO VAREJISTA DA CIDADE DE SOUSA/PB

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_  
Victoria Puntriano Zúñiga (Orientadora – Profª. MSc.)

\_\_\_\_\_  
Janeide Albuquerque Cavalcanti (Membro – Profª. MSc.)

\_\_\_\_\_  
Membro.....

Dedico,

À minha família, especialmente a minha filha Raquel que, no decorrer deste curso, conviveu com minhas ausências, ao me dedicar ao estudo desta especialidade.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, nesta caminhada, que representou mais uma etapa importante de meu percurso acadêmico, em busca de novos conhecimentos e aperfeiçoamento.

Em muitos casos, um grande número de pessoas partilha a necessidade de um produto ou serviço que ainda não existe. Isto se chama demanda potencial.

Michael A. Kamins (2002)

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal relacionar quais os serviços contábeis necessários às empresas do comércio varejista de Sousa/PB para facilitar a gestão das mesmas. Para tanto, utilizou-se como metodologia, pesquisa bibliográfica e de campo, e nesta última buscou-se definir, primeiramente, a amostra, composta por 10% do universo de empresas de comércio varejista da cidade de Sousa. Para obtenção destes dados, utilizou-se questionário com perguntas abertas e fechadas dirigidas aos empresários ou administradores das empresas participantes da amostra. A seguir, foi identificado o perfil das empresas e de seus gestores, e posteriormente, foram relacionados os serviços que as empresas recebem atualmente, os serviços que gostariam de receber, e os resultados esperados após a percepção destes novos serviços indicados como necessários à gestão das empresas atuais. Também, foram levantados dados com o intuito de descobrir se os resultados econômicos realizados no ano de 2005 foram satisfatórios e as perspectivas futuras. Observou-se que as empresas prestadoras de serviços contábeis da cidade de Sousa/PB se restringem, em sua maioria, a oferecer apenas os serviços obrigatórios, mas que, as necessidades do comércio varejista desta cidade apontam para novos serviços considerados necessários para sua gestão, tais como: consultoria empresarial, cálculo do preço de venda e margem de lucro, orientação na formação do estoque.

**Palavras-chave: serviços contábeis. gestão de empresas. comércio varejista.**

## RESUMÉN

Este trabajo tuvo como objetivo principal relacionar cuales son los servicios contables necesarios a las empresas del comercio al por menor de Sousa/PB para facilitar la gestión de las mismas. Para tanto, se utilizó como metodología, una investigación bibliográfica y de campo, y en esta última, se buscó definir, primeramente, la muestra, compuesta por 10% del universo de empresas del comercio al por menor de la ciudad de Sousa. Para obter estos datos, se utilizó un cuestionario con perguntas abiertas y cerradas dirigido a los empresarios o administradores de las empresas participantes de la muestra. A seguir, fue identificado el perfil de las empresas y de sus gestores, posteriormente, fueron relacionados los servicios que las empresas reciben actualmente, los servicios que les gustaria recibir, y los resultados esperados después de la percepción de estos nuevos servicios indicados como necesarios a la gestión de las empresas atuais. También, fueron levantados datos con el intuito de descubrir se los resultados economicos realizados en el año 2005 fueron satisfactorios y las perspectivas futuras. Se observó que las empresas prestadoras de servicios contables de la ciudad de Sousa/PB se restringen, en su mayoría, a ofrecer apenas los servicios obrigatorios, pero que, las necesidades del comercio al por menor de esta ciudad apuntan para nuevos servicios considerados necesarios para su gestión, tales como: consultoría empresarial, cálculo del precio de venta, margen de lucro y acompañamiento y orientación en la formación del estoque.

**Palabras-clave: servicios contables. gestión de empresas. comercio al por menor.**

## SUMÁRIO

### LISTA DE TABELAS

### LISTA DE FIGURAS

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Objetivos da Pesquisa.....	12
1.1.1 Objetivo Geral.....	12
1.1.2 Objetivos Específicos.....	13
1.2 Justificativa.....	13
CAPITULO 1 CONTABILIDADE: CONCEITOS E EVOLUÇÃO.....	15
1.1 Contabilidade: conceitos básicos.....	15
1.2 História e evolução da contabilidade.....	16
1.3 História da evolução da contabilidade no Brasil.....	21
1.4 A contabilidade na cidade de Sousa.....	26
1.5 Finalidade do conhecimento contábil.....	26
1.6 Os serviços e sua caracterização.....	29
1.7 Empresa de serviços contábeis.....	31
1.8 Qualidade na prestação de serviços.....	35
CAPITULO 2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	41
2.1 Método de pesquisa.....	41
2.2 Delimitação da população e amostra da pesquisa.....	41
2.3 Técnicas de Pesquisa.....	42
2.4 A construção do instrumento de coleta de dados.....	42
CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	44
3.1 O perfil das empresas do comercio varejista e do empresário entrevistado.....	44
3.1.1 Porte da empresa.....	44
3.1.2 Tempo de atividade da empresa.....	45
3.1.3 Reestruturação societária.....	46

3.1.4 Mudanças na administração da empresa.....	46
3.1.5 Responsável pela administração da empresa.....	47
3.1.6 Formação acadêmica do responsável pela administração da empresa.....	48
3.1.7 Participação em cursos de aperfeiçoamento.....	49
3.1.8 Resultados econômicos auferidos no ano de 2005.....	49
3.1.9 Perspectivas futuras.....	50
3.2 Serviços contábeis necessários às empresas.....	50
3.2.1 Serviços contábeis que as empresas recebem atualmente.....	51
3.2.2 Serviços contábeis que as empresas gostariam de receber.....	51
3.2.3 Benefícios dos novos serviços.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE.....	58
QUESTIONÁRIO.....	59
ANEXOS.....	62
RESOLUÇÃO CFC Nº 560/83.....	63
RESOLUÇÃO CFC N.º 898/01.....	73
TABELA PROFISSIONAIS E ESCRITÓRIOS ATIVOS NOS CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE – MARÇO DE 2006.....	74

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Porte da empresa.....	44
Tabela 02 – Tempo de atividade da empresa.....	45
Tabela 03 – Existência de reestruturação na empresa.....	46
Tabela 04 – Mudanças na administração na empresa.....	46
Tabela 05 – Responsável pela administração da empresa.....	47
Tabela 06 – Formação acadêmica do responsável pela administração da empresa.....	48
Tabela 07 – Participação em cursos de aperfeiçoamento.....	49
Tabela 08 – Resultados econômicos auferidos no ano de 2005.....	49
Tabela 09 – Perspectivas futuras.....	50
Tabela 10 – Serviços contábeis que as empresas recebem atualmente.....	51
Tabela 11 – Serviços contábeis que as empresas gostariam de receber.....	52
Tabela 12– Benefícios dos novos serviços.....	52

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Porte da empresa.....	45
Figura 02 – Tempo de atividade da empresa.....	45
Figura 03 – Existência de reestruturação.....	46
Figura 04 – Mudanças na administração.....	47
Figura 05 – O responsável pela administração.....	47
Figura 06 – Formação acadêmica do administrador.....	48
Figura 07 – Participação em cursos de aperfeiçoamento.....	49
Figura 08 – Resultados econômicos de 2005.....	50
Figura 09 – Perspectivas futuras.....	50

# 1 INTRODUÇÃO

As empresas, de todos os ramos, estão em mudança constante, sempre em busca da gestão perfeita para os tempos atuais. Esta realidade vem gerando o surgimento de grandes empresas que cada vez mais aglomeram capitais.

Em busca de satisfazer as novas necessidades destas empresas e conglomerados de empresas em ascensão constante, o profissional de contabilidade está se reciclando, em busca de novos conhecimentos para aumentar o leque de oferta de serviços.

No contexto atual, podemos observar a importância dos serviços contábeis, uma vez que todas as empresas necessitam destes, estando, desta forma, este profissional inserido no contexto operacional de forma ampla.

O profissional de contabilidade conhece profundamente as empresas para as quais presta serviços, logo, torna-se fácil para ele identificar problemas e apontar soluções. Podendo, orientar estas empresas em vários setores, tais como: acompanhamento e orientação da contribuição previdenciária; acompanhamento e orientação na formação do estoque; cálculo do preço de venda e margem de lucro; consultoria empresarial; orientação no arquivamento de documentos na empresa; planejamento tributário, etc.

Neste sentido os profissionais desta área devem estar em constante atualização, e cada vez mais será destacada sua importância na vida das empresas.

Partindo das considerações expostas, o presente estudo se propõe realizar um levantamento do leque de serviços que as empresas do comércio varejista de Sousa-PB necessitam atualmente e que não são oferecidas pelos contadores desta cidade. Logo, este trabalho propõe-se a responder a seguinte indagação: Quais os serviços que as empresas do comércio varejista de Sousa/PB necessitam e os profissionais da contabilidade não oferecem atualmente?

## 1.1 Objetivos da Pesquisa

### 1.1.1 Objetivo Geral

Pesquisar e relacionar quais os serviços contábeis necessários às empresas do comércio varejista de Sousa/PB para facilitar a gestão das mesmas.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Para entendermos a importância dos serviços necessários, apresentamos o que pretendemos como objetivos específicos:

1. Caracterizar o perfil das empresas que necessitam de serviços diferenciados para sua gestão.
2. Identificar de que se compõe o leque de serviços oferecidos hoje;
3. Verificar a necessidade dos novos serviços a partir das características das empresas estudadas;
4. Comparar os serviços fornecidos X necessidade de serviços, das empresas comerciais;

### 1.2 Justificativa

Diante das constantes mudanças ocorridas no setor comercial que ocasiona uma constante necessidade de atualização e inovação, observamos a carência no leque de serviços contábeis oferecidos na cidade de Sousa/PB, e decidimos levantar dados para identificar quais são estes serviços, hoje necessários, para o crescimento do comércio varejista desta cidade, uma vez que este segmento representa 71,82% das empresas cadastradas na Secretaria de Finanças do Estado da Paraíba.

A contabilidade é uma ciência com finalidades amplas, D'Auria apud Fabretti (2003, p.26) a define como sendo “a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativo aos atos e fatos da administração econômica”.

Ainda, segundo Fabretti (2003, p.28) “a contabilidade, entre outras funções, é instrumento gerencial para a tomada de decisões. Por isso, deve estar atualizada e emitir relatórios simples e claros para o administrador”.

Verifica-se que segundo o conceito de Fabretti um dos principais papéis da contabilidade é o de orientação na gestão das empresas pelos profissionais da contabilidade, e na tomada de decisões.

A relevância deste tema recai na prestação dos serviços contábeis.

Para Sá (1995, p.440) serviços contábeis são conceituados como: “trabalho de contabilidade; tarefas da profissão do contador; trabalhos que se aplicam no sentido do estudo e do registro dos fatos patrimoniais das aziendas”.

Este tema pesquisado visa contribuir para um destaque no que se refere aos serviços contábeis, por parte dos profissionais da área e despertar-los para o suprimento das necessidades gerenciais das empresas.

## CAPÍTULO 1 CONTABILIDADE: CONCEITOS E EVOLUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar uma base teórica para fundamentar os estudos sobre serviços contábeis.

Em um primeiro instante apresentamos o levantamento conceitual, histórico e finalidade da contabilidade e sua normatização no Brasil, em seguida caracterizamos serviços e empresas de serviços contábeis. Por último enfocamos a qualidade na prestação de serviços.

### 1.1 Contabilidade: conceitos básicos

A contabilidade é considerada uma ciência social que estuda o patrimônio das empresas e suas variações. Para Sá (2002, p. 94) “a Contabilidade, sendo a ciência apta para contribuir, por meio de modelos à prosperidade das aziendas, pode ensejar a prosperidade do todo social, ou seja, é a ciência competente para construir a prosperidade social a partir da somatória das unidades”.

Já Franco apud Rosa (2005, p. 77) considera:

A Contabilidade uma ciência que estuda e controla o patrimônio das empresas, mediante registro, a demonstração expositiva e a demonstração dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações, como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Walter apud Rosa (2005, p.77) lembra que:

Em relação a qualquer atividade econômica, com ou sem fins lucrativos, a Contabilidade assume importância relevante no contexto da administração do patrimônio. Os postulados da Contabilidade, compreendendo os princípios, convenções, normas e procedimentos, geram instrumentos úteis para registro e análise das informações destinadas à avaliação do patrimônio e de suas mutações durante o período.

Segundo Iudícibus et all (2003, p. 48), a Contabilidade é, obrigatoriamente, “um sistema de informações e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

O mesmo manual, cita, também, que a contabilidade tem objetivo científico, e este se manifesta na correta apresentação do Patrimônio e na apresentação e análise das causas das suas variações.

Já em relação à prática, na vida das empresas, a aplicação da Contabilidade busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob a forma de relatórios, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

## 1.2 História e evolução da contabilidade

Para compreendermos a contabilidade, como ramo importante do saber humano, necessário se faz remontar as suas profundas origens, que iniciaram-se com o desenvolvimento do homem.

Segundo Sá (2002, p.21):

Antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição, que foi a artística, da qual se valeu para, também, evidenciar seus feitos e o que havia conseguido para seu uso. Meio pelo qual iniciou suas observações em relação a suas provisões, que eram sua riqueza patrimonial.

Constam registros há mais de 20.000 anos referentes a observações do homem em relação à riqueza patrimonial, isto quando ainda era primitiva a civilização, mas já havia a indústria de instrumentos, para os quais existia a necessidade de quantificação e controle.

Estes registros primários descreviam a quantidade e a qualidade das reservas ou lucros obtidas pelos homens daquela época, sendo mais comum o controle da caça e da colheita. Sá (2002, p.21) explica que:

As inscrições nas paredes das grutas e também em pedaços de ossos (por meio de riscos ou sulcos), onde o desenho animal representava a natureza da utilidade que havia conquistado e guardado e os riscos que quase sempre se seguiam ao desenho da coisa ou objeto denunciava a quantidade existente.

Já Schmidt (2000, p. 13) esclarece que: “em sítios arqueológicos do Oriente, foram encontrados materiais utilizados por civilizações pré-históricas que caracterizam um sistema contábil utilizado entre 8.000 e 3.000 a.c., constituído de pequenas fichas de barro”. Estas

fichas eram em formato de esferas, discos, cilindros, triângulos, cones, etc, tornando-se mais complexas com uso de cortes em formas de linhas ou pontuação. As escavações revelaram fatos importantes para o conhecimento contábil.

Estes foram os primeiros registros de uma escrituração contábil, porque se quantificava e evidenciava a riqueza patrimonial do indivíduo ou de sua família. Tendo, com este fato, o início de um conhecimento que haveria de tornar-se cada vez mais complexo e indispensável para vida pessoal, empresarial e estatal.

Com o passar dos anos surgiu, com o desenvolvimento da sociedade e das atividades econômicas, a necessidade de controlar o resultado obtido pelo esforço do homem. Sá (2002, p.22), enfatiza que:

À medida que mais coisas começaram a formar a riqueza, com maior variedade, também mais complexos foram ficando as inscrições, forçando a aprimorar o critério de registrar as *contas* (conjunto explicativo de memória de coisas e quantidade de lãs).

Foi identificado que de 454 a 90 a.c. a contabilidade teve como mola propulsora, na Grécia, o desenvolvimento desta, que trouxe uma maior necessidade de controle sobre o recebimento de impostos e a prestação de contas à população.

Segundo pesquisas, o surgimento do papiro, no Egito, deu origem aos livros contábeis e facilitou a prática dos atos contábeis e seu acesso. Naquela época o conhecimento contábil limitava-se ao registro e suas normas, mas já existia a preocupação em aprimorá-lo. Este conhecimento já estava sendo ensinado em escolas, juntamente com os cálculos matemáticos.

Acompanhando a evolução da contabilidade, Sá (2002, p.25) relata que “os registros das operações comerciais, industriais e públicas caminharam para uma sistematização ampla somente a partir da Idade Média, ou seja, só ofereceram uma organização de maior rigor a cerca de pouco mais de um milênio”.

A matemática lógica influenciou o surgimento do processo denominado “partidas dobradas” que normatizou o registrado sob dois aspectos contábeis: o de seu débito (efeito) e de seu crédito (causa), obrigatoriamente correlatos. Tal evolução na técnica dos registros duplos, em contabilidade, é explicada pelo fato de que a escrituração necessitava de maior clareza e segurança, explicando contabilmente a origem e o efeito de cada ocorrência havida com o patrimônio.

O primeiro sistema de partidas dobradas foi identificado na pré-história, com a utilização de fichas de barro, tendo sido implementado com o advento da revolução comercial

após o século XII. Nesse período foram observadas as primeiras manifestações práticas desse sistema em empresas, onde alguns centros comerciais o desenvolviam.

Relata Sá (2002, p26) que:

Antes existia um registro dito 'tabular', de dupla evidência, que consistia na divisão dos registros por uma linha ao meio da tábua ou da folha, colocando-se em cima os devedores e abaixo os credores; sem dúvida, eram duas ações, mas não se fazia a conexão entre débito e crédito.

O processo das partidas dobradas exigia um livro Mestre, denominado Caderno, com cada folha dedicada a uma conta específica, competente para registrar os débitos e os créditos de cada conta, o qual passou a ser denominado Livro Razão. Este livro individualizava em cada folha uma conta e sua dinâmica, podendo ter mais folhas da mesma conta se uma ficasse preenchida totalmente. E um outro livro que recebia os registros acontecidos à medida que fossem ocorrendo, dia a dia, denominado Livro Diário. Também existiam outros livros que analisavam os fatos e detalhavam ocorrências importantes para o entendimento da história da empresa.

No século XIII, com o surgimento das primeiras grandes empresas, a contabilidade, que até então era utilizada como instrumento isolado e fragmentado de registro da movimentação de bens, passou a ser um instrumento mais sistematizado de informações para atividades empresariais.

Segundo estudos realizados por Schmidt (2000, p. 23) "a intensidade das atividades comerciais desencadeou a necessidade de controle. A contabilidade despontou como instrumento capaz de fornecer as informações necessárias para o gerenciamento dos negócios".

Hoje podemos observar que a contabilidade continua evoluindo e cada vez mais oferece um leque maior de serviços indispensáveis para gerência e crescimento necessários às empresas. Estas, por sua vez, cada vez mais cobram dos profissionais desta área estes novos serviços.

Sá (2002, p. 26) esclarece que:

O conhecimento contábil difundiu-se pela tradição oral, como foi natural também nos demais outros ramos a saber, contudo começaram a surgir alguns livros, sendo o primeiro trabalho sobre Contabilidade por partidas dobradas, entretanto, impresso segundo o método de tipografia de Gutemberg, foi o do frei franciscano Luca Pacioli e surgiu em fins de 1494, em Veneza. E, a partir dessa famosa obra, começaram a surgir outras, impressas, quer na Itália quer fora desse país.

No livro do frei Luca Pacioli havia uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas, tão relevante e atual, quanto há mais de 500 anos. Sua obra contribuiu para inserção da contabilidade entre os ramos do conhecimento humano, iniciando o período moderno ou contabilidade do mundo moderno, que teve seu encerramento em 1840 com o aparecimento da obra *La contabilità Applicata alle amministrazioni Private e Pubbliche* autoria de Francisco Villa. Esta obra marcou a história da contabilidade, pois, abriria o período científico, sendo travados os primeiros debates sobre o fato de ser ou não a contabilidade uma ciência. Finalmente, iniciado em 1840 e continuando até os dias atuais, a história contemporânea ou contabilidade científica, é caracterizada pela eclosão das Doutrinas e Princípios Contábeis.

Podemos relacionar como obra de relevante importância para o avanço da contabilidade a de Ângelo Pietra, de 1586, que inicia uma série de outras que buscariam conceitos em Contabilidade e a explicação de fatos da riqueza, embora, ainda, muito comprometidas com os processos apenas de registrar e informar.

Guardar memória dos acontecimentos, disciplinar tais memórias em demonstrativos, analisar por meio de outros registros e tudo informar foram preocupações dos contadores.

Em relação aos comentários do frei Luca Pacioli, sobre as partidas dobradas, ainda hoje são válidos, demonstrando que poucas mudanças ocorreram na contabilidade. Mas as que ocorreram permitem estabelecer contrastes entre as práticas antigas e os métodos atuais. Neste sentido Hendrikser (1999, p.40) cita que:

Durante o período que se estende até o século XVI, o principal objetivo da contabilidade era produzir informações para o proprietário – geralmente proprietário único. Em consequência, as contas eram mantidas em sigilo e não havia pressão externa, como hoje, no sentido de exatidão ou da adoção de padrões uniformes de divulgação.

Em parte, em decorrência da primeira observação, geralmente não era feita distinção clara entre os negócios pessoais e empresariais de um proprietário, ou seja, o conceito atual de entidade não havia sido desenvolvido. Houve exceções com um conjunto de contas para sua casa e outro para seu negócio.

Naquela época os negócios eram de pequeno porte e geralmente envolvia toda a família, portanto, existia dificuldade em visualizar o patrimônio da família e da empresa. As constantes mudanças ocorridas, nas quais podemos destacar a formação de sociedades empresariais, apontaram a necessidade de individualização do patrimônio da empresa.

Hendrikser (1999, p.40) aponta outra mudança que permite estabelecer contraste:

Os conceitos de exercício contábil e empresa em funcionamento inexistiam. Muitos empreendimentos eram de curta duração, ou continuavam apenas após a realização de algum objetivo empresarial específico. Em consequência, o lucro só era calculado quando da conclusão do empreendimento. Sem o conceito de lucro periódico, não havia necessidade de lançamento de receitas e despesas a realizar ou diferidas. Como os ativos imobilizados desempenhavam papel muito pequeno nos negócios, não era necessário calcular depreciação. Mesmo para os empreendimentos que eram organizados por períodos mais longos, tampouco havia necessidade de cálculo periódico de lucros, porque os proprietários estavam em contato direto com os negócios.

Esses conceitos de periodicidade estavam vinculados a empreendimentos característicos daquela época, como expedições. Tinham determinado o período de vida daquele empreendimento e o lucro só era levantado no final do mesmo. Podemos observar que neste período as atividades eram predominantemente por tempo determinado, não tendo continuidade como ocorre atualmente. Hoje os contratos empresariais rezam em seu texto a característica de “prazo indeterminado”.

Em referência à quarta característica podemos observar que hoje, com a padronização de moedas, tornou-se prático o uso das partidas dobradas. No contexto atual o contabilista conta com um leque de fatores a seu favor, dentre eles podemos citar o uso de microcomputadores, programas contábeis, planilhas de conversão de moedas, entre outros, que facilitam o processo contábil e demonstram que a contabilidade vem evoluindo e usufruindo das inovações tecnológicas. Em relação a esta característica Hendrikser (1999, p.40) destaca que:

A quarta característica decorre da ausência de uma única unidade monetária estável. Sem um denominador comum, a escrituração por partidas dobradas é impossível; dada a grande quantidade de unidades monetárias existentes durante a Idade Média, as partidas dobradas eram possíveis, mas complicadas. Assim, os lançamentos de Diário, eram bastante descritivos, incluindo detalhes tais sobre as mercadorias, como seu peso, seu tamanho e suas dimensões, bem como seu preço. As propostas recentes do Fasb a respeito da divulgação relativa a instrumentos financeiros parecem indicar que os primeiros contadores estavam 500 anos à frente de seu tempo!

Schidt (2000, p.24) aponta dois motivos que desencadearam o desenvolvimento do sistema contábil de partidas dobradas:

O desenvolvimento econômico da área geográfica abrangida pelas cidades de Veneza, Gênova e Florença, criando um ambiente de negócios e um nível

comercial bem mais sofisticado que o conhecido até então e dando origem a uma demanda por sistemas contábeis mais sofisticados. A aprendizagem da tecnologia de impressão de livros na Alemanha e sua rápida disseminação para os grandes centros comerciais da Europa, principalmente no norte da Itália.

Podemos observar que a contabilidade evoluiu e normatizou-se conforme as necessidades de controle e informações. O surgimento de especialista em contabilidade deu-se após a Revolução Industrial. Constam registros da existência de sete contadores, no anuário municipal de Edimburgo, no ano de 1773. Outros registros demonstram a existência, no século XIX, de menos de 50 contadores públicos registrados nas listras municipais das cidades da Inglaterra e da Escócia. Após a aprovação, em 1844, da Lei das Companhias, estes números cresceram rapidamente. Esta lei exigia o Balanço aprovado por auditores.

Em 1862 uma lei apelidada de “amiga do contador” exigiu o trabalho contadores em caso de falência. E, finalmente em 1880 o Instituto de Contadores Registrados da Inglaterra e do País de Gales foi aprovado pela Rainha Vitória.

### 1.3 História da evolução da contabilidade no Brasil

O primeiro registro de obrigatoriedade contábil no Brasil em 1808, foi a publicação de um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Após esta data veio, como elemento propulsor do desenvolvimento contábil no Brasil, o Código Comercial de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual das demonstrações do Balanço Geral. Vale salientar que este código não normatizou os procedimentos contábeis.

Em 1856 foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro que era responsável pela formação profissional brasileira, sendo que, a partir de 1863, este passou a oferecer a disciplina de Escrituração Mercantil com o intuito de formar alunos na área contábil.

A consolidação do uso das partidas dobradas, no Brasil, veio em 1880, com a publicação do Manual Mercantil, de Veridiano de Carvalo.

Schmidt (2000, p. 206) cita que “no final do século XIX, coube ao Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo a iniciativa de criar um curso regular que oficializasse a profissão contábil”. Este movimento desencadeou a criação da Escola Prática de Comércio, em 1902. Esta escola, hoje, seria classificada como de 2º grau profissional.

O Decreto nº 20.158/1931 organizou o ensino em comercial e regulamentou a profissão de Contador. Mas, Schmidt (2000) esclarece que “somente em 1945 a profissão contábil foi considerada uma carreira universitária, com a criação das faculdades de Ciências Contábeis”.

A profissão contábil no Brasil teve sua consolidação definitiva, precisamente, no dia 27 de maio de 1946, quando o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, assinou o Decreto-Lei nº 9.295, que até hoje é o documento legal que disciplina o exercício da profissão. Segundo o Decreto, os Contabilistas são profissionais habilitados como Contadores ou Técnicos em Contabilidade. Este decreto também criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), estes, hierarquicamente subordinados ao CFC, tem como finalidades precípua: fiscalizar o exercício da profissão contábil e efetuar o registro dos profissionais da contabilidade e das empresas de serviços contábeis.

Os Conselhos Regionais de Contabilidade estão presentes na defesa dos interesses da classe, inclusive nos referentes à salvaguarda dos valores nacionais. E, também, são responsáveis pela promoção de cursos e palestras.

O art. 25º do Decreto-Lei nº 9.295 define os trabalhos técnicos em contabilidade em:

- a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periódica de escrituras, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comum, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade (serviços exclusivos do Bacharel em Ciências Contábeis).

Ao longo dos anos podemos observar o surgimento de várias leis que aos poucos contribuíram para o fortalecimento constante da classe contábil, como é o caso da Lei nº 6.206 de 1975, que dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e a Resolução CFC nº 94 de 1958 que declara atividade privativa dos contabilistas a escrituração dos livros fiscais.

Também observamos uma preocupação constante do CFC e CRC em legislar Resoluções com o intuito de tornar cada vez mais valorizada e indispensável para a vida das empresas a profissão contábil.

Em 1983 a Resolução CFC nº 560, em anexo, relaciona as atribuições privativas dos contabilistas e as atividades compartilhadas. Esta resolução foi alterada em 2001 pela resolução 898, também em anexo.

O contador, quando da prática das lançamentos contábeis, deve observar as regras para execução dos mesmos. A Resolução CFC nº 530/81, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade, nas quais podemos encontrar os princípios fundamentais da Contabilidade.

Em 1993 a Resolução CFC nº 750/93 aprovou nova lista de princípios: entidade, continuidade, competência, registro pelo valor original, prudência, oportunidade e atualização monetária.

O princípio da Entidade Contábil diferencia o patrimônio da pessoa física (proprietário/sócio) do patrimônio da empresa. Na prática é fácil constatar que este princípio dificilmente é obedecido pelos empresários. No ambiente da empresa o proprietário, principalmente na empresa individual, pratica atos que dificultam a aplicação deste princípio na contabilidade, ocasionando vários problemas. A Observância deste princípio facilita a prática contábil e até mesmo ocasiona a correta identificação do lucro ou prejuízo de uma empresa com maior segurança.

A Continuidade define a empresa como empreendimentos em prosseguimento, em continuidade. Com base nisto a empresa realiza grandes investimentos, construção de edificações e imobilizações, aquisição de tecnologia e contratação de financiamento. Sendo este postulado contribuinte para a avaliação monetária dos bens da empresa.

O princípio da oportunidade normatiza não ignorar na Contabilidade o registro tempestivo de atos e fatos administrativos incertos ou aleatórios, que normalmente não são considerados patrimoniais, mas que, no futuro, poderão afetar o patrimônio.

Em relação ao Registro pelo Valor Original Marion (2005, p. 139) esclarece que “Os registros são efetuados com base no valor de aquisição do bem ou preço de fabricação. Dessa forma, dois contadores, ao defrontarem-se com o mesmo evento (fato), não divergiriam na mensuração do fato contábil”.

A Correção Monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido era obrigatória até 1995, tendo sido extinta pelo plano real, porém a correção monetária, hoje, é utilizada para atualizar dados de acordo com a variação do poder aquisitivo, em processos de análise financeiras geralmente utilizados pelos bancos e instituições afins.

O princípio da Competência orienta que os lançamentos devem ser efetuados na data do seu fato gerador. Logo, uma receita ou uma despesa será reconhecida no período contábil em que foi gerada.

O princípio de Prudência orienta que o contador deverá antecipar prejuízo e nunca antecipar lucro. Portanto, o objetivo deste princípio é não dar uma imagem otimista em uma situação alternativa que, com o passar do tempo, poderá reverter-se.

A resolução nº 853/99 instituiu o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC, seu art. 2º cita que “O Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de técnico em contabilidade”.

O Exame de Suficiência será composto de provas específicas para os Técnicos em contabilidade e os bacharéis em Ciências Contábeis. O objetivo do exame é verificar o nível de conhecimentos obtidos pelo contabilista ao longo de sua vida, bem como averiguar sua capacidade técnica na aplicação prática da contabilidade. Sendo as provas distintas, conforme divisão observada no art. 3º:

- a) Prova para os Técnicos em Contabilidade, abrangendo as seguintes áreas:
  - Contabilidade Geral;
  - Contabilidade de Custos;
  - Noções de Direito Público e Privado;
  - Matemática;
  - Legislação e Ética Profissional;
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
  - Português.
  
- b) Prova para os Bacharéis em Ciências Contábeis, abrangendo as seguintes áreas:
  - Contabilidade Geral;
  - Contabilidade de Custos;
  - Contabilidade Pública;
  - Contabilidade Gerencial;
  - Noções de Direito Público e Privado;
  - Matemática Financeira;
  - Teoria de Contabilidade;
  - Legislação e Ética Profissional;
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
  - Auditoria Contábil;

- Perícia Contábil;
- Português;
- Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País.

Após o registro no CRC o técnico em contabilidade que requerer a alteração da categoria profissional para Contador deverá se submeter a um novo Exame de Suficiência específico para a nova categoria almejada. Atualmente este exame está suspenso, mas cogitam o retorno de sua obrigatoriedade.

Com o intuito de atualizar e aprimorar os conhecimentos dos contadores que atuam no mercado de trabalho em vários segmentos o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu o programa de Educação Profissional.

As normas que regem o programa, as instituições e as entidades aptas a serem capacitadoras e outras informações importantes, estão na Resolução CFC 1.060/05.

O objeto da Educação Profissional Continuada é a atividade programada, formal e reconhecida que o Contador, na função de Auditor Independente, com registro em Conselho Regional de Contabilidade, inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), e aquele com cadastro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aqui denominado Auditor Independente, e os demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico devem cumprir, com o objetivo de manter, atualizar e expandir seus conhecimentos para o exercício profissional.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) constitui a Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC-CFC) com a finalidade de coordenar os ditames constantes na referida Resolução em reuniões bimestrais.

Os CRCs têm a responsabilidade de incentivar a implementação de atividades que permitam ao Auditor Independente e aos demais Contadores que compõem o seu quadro funcional técnico o cumprimento da Resolução 1.060, de acordo com o estabelecido pelo CFC.

De acordo com dados do Conselho Federal de Contabilidade, até março de 2006, o Brasil dispunha de 393.392 Contabilistas ativos, dentre eles, 200.707 Técnicos em Contabilidade e 192.675 Contadores, conforme apresenta a tabela de profissionais e escritórios ativos nos conselhos regionais de contabilidade, em anexo.

#### 1.4 A contabilidade na cidade de Sousa

Fundada em 10 de julho de 1854, a cidade de Sousa/PB conta hoje com 63.091 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE levantados em 2005. Localizada na região do Alto Sertão da Paraíba, com área de território 765 Km<sup>2</sup>, o município é o 3º lugar em território, representando 1,5% da superfície total do Estado, que é de 55.987 Km<sup>2</sup>.

Conforme dados de 2005 da Superintendência Fiscal da Paraíba, Sousa-PB conta com um total de 1.054 empresas regularmente inscritas na Coletoria Estadual do Município, sendo 757 comércio varejista, 68 comércio atacadista, 72 prestadores de serviços, 148 indústrias e 09 empresas rurais.

Em relação aos profissionais da Contabilidade, conforme consulta realizada, no mês de julho de 2006, junto ao Conselho Regional de Contabilidade estão inscritos 91 (noventa e um) contabilistas ativos no município, sendo: 24 (vinte e quatro) contadores e 67 (sessenta e sete) técnicos.

#### 1.5 Finalidade do conhecimento contábil

A ciência contábil tem como premissa fornecer informações à sociedade para auxiliar no processo decisório. Estas informações interessam a muitas pessoas, pois muitos são os que se beneficiam da cultura contábil e de suas tecnologias e aplicações científicas. Sá (2002, p.93) cita, entre as diversas finalidades abaixo relacionadas:

- Orientação para investidores e para o mercado de capitais;
- Orientação para credores e instituições de crédito;
- Orientações sociais e trabalhistas;
- Análises científicas para modelos de comportamento da riqueza para ensejar decisões administrativas;
- Modelos para a prosperidade;
- Controles governamentais de fiscalização e auditoria fiscal;
- Instrumentos de provas de fiscalização e auditoria fiscal;
- Previsões de ocorrências e efeitos orçamentários;
- Explicação de fatos patrimoniais e análise contábil;
- Investigações sobre a regularidade de gestão;
- Dados e pesquisa social e econômica;
- Orientação sobre o meio ambiente natural;
- Investigação e determinação sobre o valor intelectual no capital.

Diversificadas são as finalidades dos interesses nos relatórios contábeis. Os investidores, por exemplo, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios, para analisar se a empresa é rentável. O relatório geralmente solicitado por esse usuário é o Balanço Patrimonial, que relata claramente a situação patrimonial. Esta análise das informações contábeis busca a imagem dos valores de um negócio que servirá de base a uma expectativa de lucros de quem faz o investimento.

Os fornecedores de mercadorias a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas compras, pois a venda a crédito representa a saída de meios patrimoniais que vão permanecer em mãos de terceiros com uma garantia representada por documento ou título. E, é com o intuito de se proteger que os fornecedores se revestem de burocracias. Já os bancos verificam nos relatórios contábeis se a empresa tem condições de pagamentos aceitáveis, para tomarem a decisão de emprestar dinheiro. E se o volume de empréstimo for alto, exigem-se além das demonstrações contábeis um projeto de aplicação do valor do empréstimo e vários demonstrativos com os reflexos deste empréstimo após a aplicação na empresa. Geralmente entre estes relatórios está o fluxo de caixa, que representara a movimentação de entrada e saídas de dinheiro no caixa da empresa.

As orientações sociais são evidenciadas através do Balanço Social. Esta demonstração mostra o papel que a Empresa exerce como fonte pagadora de mão-de-obra, de impostos, de contribuições previdenciárias, de sustentação de mercados de fornecedores, de alimentação de exportações, etc. Logo, mediante esta, podemos observar a empresa em outros aspectos, que a refletem como fator de contribuição na vida social, possibilitando a análise do lado humano da riqueza auferida ao longo de um determinado período.

Após o estabelecimento da participação dos empregados no lucro das empresas, surgiu a cobrança dos sindicatos e trabalhadores sobre a exposição das demonstrações contábeis de forma peculiar. Estes novos usuários necessitam destas informações para garantir seus direitos em relação ao lucro da empresa.

Os relatórios gerenciais são bases para tomada de decisões. Eles englobam: levantamento dos custos, análise das finanças ou capacidades de pagamentos, análise dos custos, estudo dos controles, previsões ou orçamentos, entre outros, e evidenciam erros, acertos, omissões, perspectivas, etc. estes relatórios mostram o que está acontecendo com a riqueza da empresa. Sá (2002, p. 99) cita os sete tipos de análises por ele identificados: “liquidez, resultabilidade, estabilidade, economicidade, produtividade, invulnerabilidade e elasticidade”. Estes estudos orientam as decisões administrativas, uma vez que através deles podemos comparar valores, observar relações entre fenômenos, extrair percentuais, conhecer

circunstâncias ambientais sob as quais os fatos ocorreram, etc. É através da análise destes relatórios que podemos acompanhar toda a evolução dos negócios e também decidir sobre o futuro deles, agindo no tempo certo, evitando que problemas ocorram, assim como, igualmente, os erros derivados pelo desconhecimento da realidade. Na vida prática, o uso destes relatórios podem levar a eliminação de uma linha de produção de determinado produto que foi identificado como inviável após a análise dos custos e por quanto é vendido, ou mesmo a ampliação de outras linhas de produtos identificados viáveis.

A contabilidade, através de livros e relatórios, presta informações para os órgãos do Poder Público, que almejam vários objetivos, entre eles arrecadar impostos, taxas e contribuições, exercer a vigilância sobre o preço e a concorrência livre, fiscalizar o mercado de capitais, estabelecer controle sobre o mundo financeiro etc. Estes relatórios servem como mera ferramenta para fiscalização, não servindo para administração da empresa.

A análise e posterior opinião contábil constituem-se em argumentação e também em provas para decisões judiciais e julgamentos administrativos ou entre pessoas. Nesta ocasião podem ser solicitados: exames dos registros contábeis e fiscais, listagem de computadores referentes a matéria contábil, livros contábeis, levantamentos físicos, inspeções sobre o estado de coisas pertencentes a empresa, reavaliação patrimonial, apreciação de documentos, etc. Um exemplo é o caso do sócio que deseja se retirar da empresa a qual participa e solicita o levantamento de seus haveres na sociedade. Estes dados podem ser levantados por uma perícia determinada pelo Juiz. Logo, a opinião emitida após a análise contábil servirá de instrumento e prova para que o sócio egresso tenha determinado o valor que lhe caberá receber.

Em relação a regularidade da gestão a contabilidade oferece auxílio aos proprietários de empresas que delegam as funções de comando a terceiros. Através de análise dos documentos contábeis será verificada a gestão de um determinado período e elaborado um parecer. Segundo Sá (2002, p.105):

Uma gestão é boa quando ocorre a eficácia, ou seja, quando a empresa pode pagar bem seus compromissos, obter bons lucros, conservar-se em plena vitalidade, manter seu equilíbrio, não desperdiçar, estar protegida contra riscos e continuar crescendo. Para chegar-se a tal conclusão necessário se faz que uma competente análise contábil seja desenvolvida, com vista a apurar a qualidade da administração.

O Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), anualmente coleta dados das empresas para o levantamento de estatísticas sobre as condições econômicas e sociais. Estes

dados vêm de relatórios contábeis, geralmente do balanço, e possibilitam uma visão global da situação do País.

Para fornecer orientações sobre o meio ambiente natural existe a demonstração das contas que evidencia as relações do patrimônio como o meio ambiente. Esta demonstração é chamada Balanço Ambiental, e nela podemos verificar a aplicação das políticas governamentais, como as de reflorestamento, de obrigatoriedade de filtros nas chaminés, filtragem de detritos, etc, sendo utilizada para auxiliar a gestão da empresa em seus esforços de contribuições para a prestação e enriquecimento do ambiente externo.

Como finalidade importante da contabilidade, na realidade atual, está a preocupação de identificar e quantificar os valores imateriais que atuam sobre a riqueza das empresas.

Mediante estudos foi verificado que empresas de grande valor na atualidade não são as que possuem capitais materiais, mas, poderes intelectuais de projetos, planos, programas, etc. surge, então, a necessidade crescente da atuação de consultores nas empresas, que cada vez mais procuram identificar formas de maior obtenção de lucros e soluções de problemas existentes no mundo empresarial.

Podemos, claramente, verificar que os valores apontados pela escrita contábil tradicional não expressam a realidade. Tanto que é normal a existência de um Balanço Negocial para fins de transações financeiras. Este balanço negocial é de imensa importância, pois é a partir dos dados que expressam a realidade, que as instituições financeiras podem definir bases para liberação de recursos compatíveis com a realidade atual de uma determinada empresa.

## 1.6 Os serviços e sua caracterização

O setor Serviços, é também denominado setor Terciário e, no âmbito da economia em expansão representa uma das maiores mudanças verificadas no século XX. Este setor costuma ser, normalmente, o que mais emprega em diversos países.

O setor de serviços gera mais da metade da renda nacional, pois respondeu por 51% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2004 os serviços crescem 1,62%, valor próximo ao do PIB, que avança 1,61%.

As principais características dos serviços que os distinguem de produtos tangíveis, são: intangibilidade, variabilidade, inseparabilidade e perecibilidade. (SEMENIK & BAMOSSY, 1995, p.737)

A Inseparabilidade expressa a noção de que um serviço não pode ser separado do provedor do mesmo.

Podemos observar que ao se adquirir um bem, interessa ao consumidor o aspecto deste, não tendo qualquer significado para o mesmo a aparência da fábrica ou da pessoa que o produziu. No caso de serviços é diferente, a produção e o consumo do mesmo se dão no mesmo momento. Assim, a aparência física das instalações e dos profissionais que prestam o serviço são de importância capital.

A evidência física, ou os elementos que os clientes realmente podem ver ou experimentar, quando eles usam um serviço, e que contribuem para a qualidade percebida do mesmo, e são um bom exemplo. A evidência física de uma empresa de serviços contábeis pode ser o estado das instalações, a vestimenta do pessoal que atende os clientes, bem como a prestação do serviço.

A Intangibilidade expressa a noção de que um serviço não tem nenhuma substância física. O que fica de posse do consumidor é o resultado da prestação do serviço: o cálculo de impostos e contribuições, o resultado positivo de uma fiscalização, o planejamento tributário, as orientações trabalhistas e fiscais, etc.

A Perecibilidade expressa a noção de que um serviço não pode ser feito com antecedência e armazenado. A produção do serviço e seu consumo se dão no mesmo momento. Podemos citar como exemplo a escrituração de um livro contábil ou fiscal, que só pode ser efetuada após a contratação, pois antes disto não temos elementos necessários para tal execução.

Já a Variabilidade expressa a noção de que um serviço pode variar em padrão ou qualidade de um fornecedor para outro ou de uma ocasião para outra. Também denomina-se esse conceito de heterogeneidade. Assim, o consumidor desenvolve basicamente dois tipos de relacionamento com prestadores de serviços: com o estabelecimento e com o profissional. Podemos exemplificar esta característica evidenciando o fato de uma empresa de serviços contábeis escriturar os livros obedecendo os princípios contábeis e as Leis federais, enquanto que outra empresa escreva sem esta preocupação.

## 1.7 Empresa de serviços contábeis

O contabilista, ao explorar sua atividade como empreendedor, pode fazê-la individualmente ou por intermédio de empresa. Para tanto, deve obter seu registro cadastral junto ao Conselho Regional de Contabilidade da jurisdição da sua sede, conforme enuncia as Resoluções CFC nº 868/99 e 892/00.

O registro cadastral compreenderá duas categorias:

1 – Organização contábil, pessoa jurídica de natureza civil, constituída sob forma de sociedade, tendo por objetivo a prestação de serviços profissionais de contabilidade;

2 – Organização contábil, escritório individual, assim caracterizado quando o contabilista, embora sem personificação jurídica, execute suas atividades independentemente do local e do número de empresas ou serviços sob sua responsabilidade.

O trabalho sob forma individual tem perdido espaço, dando lugar ao trabalho sob forma de empresa. Segundo Koliver (1996, p.16) muitas são as razões para essa mudança, dentre elas:

- as economias de escala propiciadas nos trabalhos repetitivos, tanto pelo uso cada vez mais intenso, de meios computacionais, quanto pelo nível ocupacional dos especialistas da organização;
- a possibilidade do uso de especialistas em diferentes setores, o que leva a conhecimentos e experiências em volume não-encontrável numa única pessoa, por mais preparada que ela seja;
- a racionalidade econômica, pelo uso de profissionais com habilitação e capacitações diferenciadas, em termos de grau de conhecimentos, nível de experiência, preparo para assunção de responsabilidades, etc.;
- maior flexibilidade no direcionamento das forças de trabalho disponíveis.

De acordo com Gatti (2000, p.11) “o trabalho das EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, tendo em vista o crescimento do mercado de trabalho brasileiro, é hoje essencial e a perspectiva de crescimento é significativa”. As empresas de serviços contábeis atuam em todas as áreas, prestando serviços à indústria, ao comércio, às entidades prestadoras de serviços, às entidades rurais, e às entidades sem fins lucrativos, aos órgãos públicos, aos profissionais autônomos e às pessoas físicas. Estas empresas têm em seu portfólio de serviços: consultoria; contabilidade; administração de pessoal; escrituração fiscal; expediente (ou serviços comerciais); auditoria, perícia e assessoria, etc.

A profissão contábil, semelhante a qualquer outra, é caracterizada por certos elementos e princípios fundamentais, como sendo:

- um ponto de vista objetivo e independente;
- domínio da competência técnica e das habilidades necessárias;
- desempenho das responsabilidades de maneira profissional, com altos padrões de qualidade e respeito à confidencialidade; e
- reconhecimento de que há responsabilidade perante a sociedade como um todo, além da responsabilidade para com um cliente específico ou empregador.

Segundo o código de ética profissional do contabilista (2005, p.6), em seu art. 2º, são deveres do contabilista:

I – exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissional;

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridade competentes, entre estas os conselhos Regionais de Contabilidade;

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formula consulta ou lhe confia trabalho, estendendo-se obrigação a sócios e executores;

V – inteirar-se de todas as circunstâncias antes de emitir opinião sobre qualquer coisa;

VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;

IX – ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.

Em relação aos serviços a serem executados de forma anual a Lei 6.404/76 em seu art. 176 regulamenta que as sociedades por ações devem apresentar sua prestação de contas

anualmente, por meio de relatórios de administração, demonstrações contábeis e as notas explicativas que as acompanham, o parecer dos auditores independentes (se houver) e o parecer do conselho fiscal (se existir).

As demonstrações contábeis obrigatórias são:

**Balanço Patrimonial:** tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática. O Balanço Patrimonial deve ser elaborado conforme o art. 178 da Lei nº 6.404/76. Nesta demonstração devem constar os saldo do Ativo (representado pelos bens e direitos), Passivo (exigibilidades e Obrigações) e o patrimônio Líquido (representado pela diferença em ter Ativo e Passivo).

**Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):** a Lei nº 6.404/76 define que o conteúdo desta demonstração deve ser apresentado na forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta de Lucros Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e de Lucros ou Prejuízos Acumulados:** evidenciam a mutação do patrimônio líquido em termos globais e em termos de mutações internas. Na Demonstração de lucros Acumulados é feita toda a destinação do resultado do exercício.

**Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR):** relaciona as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem esta folga.

**Notas explicativas:** complementam as demonstrações contábeis. A lei enumera o mínimo dessas notas e induz à sua ampliação quando for necessário para o devido esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

**Consolidação das demonstrações contábeis:** exigida somente para as companhias abertas e para os grupos de sociedade esta consolidação foi regulamentada pela Instrução CVM nº 247/96, que define, também, as normas básicas de consolidação que incluem a necessidade da eliminação dos saldos e transações inter-companhias, dos lucros ou prejuízos remanescentes nos ativos, a segregação das partes minoritárias e outros.

**Parecer dos Auditores Independentes:** a lei das sociedades por Ações determinou que as demonstrações contábeis das companhias abertas sejam auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Normas específicas exigem que as instituições subordinadas ao Banco Central do Brasil, à Superintendência de Seguros Privados e outros também tenham suas demonstrações contábeis auditadas.

Fatos relevantes: os atos e fatos relevantes (decisões de acionistas, de assembléia, ou outras que possam influir na cotação dos valores mobiliários ou nas decisões dos investidores) devem ser informados aos interessados, pois poderão causar variações na posição da empresa no mercado.

Demonstrações Comparativas: a Lei das Sociedades por Ações obriga à comparação das demonstrações contábeis de dois exercícios. O grande objetivo da comparação é que a análise de uma empresa é feita sempre com vista no futuro. Por isso, é fundamental verificar a evolução passada, e não apenas a situação de um momento.

As demonstrações contábeis não obrigatórias são:

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): visa mostrar como ocorreram as movimentações de disponibilidades em um dado período de tempo. Em alguns países esta demonstração veio a substituir a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, e é provável que isto ocorra também no Brasil.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA): tem por objetivo principal informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição.

Balanço Social: esta demonstração tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. possuem quatro vertentes: o balanço ambiental, o balanço de recursos humanos, demonstração do valor adicionado e benefícios e contribuições à sociedade em geral.

Parecer do Conselho Fiscal: a publicação deste não é obrigatória por Lei, mas quando este existir deverá ser oferecido à Assembléia Geral dos acionistas, sendo sua publicação optativa.

Além das demonstrações contábeis o contador deve oferecer a seu cliente o planejamento tributário, que consiste em um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos, no qual o contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos, uma vez que representam importante parcela dos custos das empresas, senão a maior.

Na opinião de Fabretti (2003, p.28) “o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização de fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se planejamento tributário”.

Outro ponto importante a ser observado é o cálculo da margem de lucro, que é representada pela relação entre lucro líquido e vendas; e a margem bruta de comercialização, também conhecida como mark-Up, que representa a diferença percentual entre o preço de

venda de um determinado produto ou serviço, em relação ao seu custo. Em outras palavras, a margem bruta de comercialização representa o índice sobre o custo de um bem ou serviço para formação do preço de venda, e toda empresa deve conhecer estes percentuais.

É certo que nenhuma empresa sobrevive sem um adequado gerenciamento do dia-a-dia. Entretanto, a chave do sucesso é aliar as ações presentes com uma postura voltada para o futuro. É, portanto, fundamental a existência de uma cultura de pensamento estratégico nas organizações que buscam implantar e consolidar estratégias competitivas. E neste âmbito se encaixa a consultoria empresarial, que investiga, levanta dados, orienta e aponta soluções para a melhor gestão das empresas, sendo fundamental para o crescimento e vitalidade das mesmas.

A consultoria representa um potencial para seus usuários, na qual seus benefícios fazem a diferença no mercado em que atuam. Na visão de Thomé (2001, p.58):

Na verdade, poderíamos definir a consultoria como a capacidade do consultor de transformar sua experiência em conselhos úteis a seus clientes. O consultor, além de orientar, pode trazer resultado econômico para seu cliente em consequência do seu conselho.

A formação de estoque é outro ponto importante, na qual o administrador deve estar atento para não estocar em demasia, nem, por outro lado, permitir a falta de algum item importante. A administração na formação do estoque, quando não realizada, pode ocasionar, também, a falta de capital de giro, que acarreta, muitas vezes, a morte da empresa.

Algumas empresas, ao enfrentarem dificuldades efetuam a reestruturação societária que consiste em admitir na sociedade um novo sócio. Geralmente isto ocorre com o intuito de sanar tal dificuldade, sendo necessário o conhecimento do problema e as características deste novo sócio necessárias ao equilíbrio da empresa.

Em relação a estes serviços de orientação e controle observamos vital importância do profissional da contabilidade, podendo este comunicar com êxito junto ao administrador para a melhor gestão das empresas.

## 1.8 Qualidade na prestação de serviços

A qualidade dos serviços prestados pelas empresas de contabilidade não pode ser facilmente observada pelo cliente que a utiliza. Entretanto, a boa qualidade dos serviços é tão

importante para o usuário que paga por eles, como para o empresário que recebe para executá-los.

Hoje, um serviço contábil para ser considerado de boa qualidade deve atender a alguns pré-requisitos, ou seja:

- Atender as normas fiscais;
- Praticar os princípios contábeis;
- Cumprir os prazos impostos pelas Receita Federal, Estadual e Municipal;
- Ter uma boa apresentação;
- Ser executado rapidamente e com segurança, etc.

O empresário contábil que se preocupa em manter estes requisitos, sem dúvida, preocupa-se com a qualidade dos serviços que sua empresa executa, mesmo que o cliente nunca possa avaliá-la. Esta preocupação, acreditamos, é fruto do prazer que este empresário tem em trabalhar na sua profissão.

Por outro lado, o empresário que não gosta do que faz, não faz com qualidade. E, ao longo dos anos as falhas vão aparecendo: um erro de cálculo de determinado tributo que a repartição cobra alguns anos depois com altos encargos; uma reclamação trabalhista que apura valores devidos e não pagos por falha da empresa contábil; um fiscal que critica um balanço malfeito ou uma escrituração em atraso e tantas outras falhas. Os clientes passam a ficar insatisfeitos com o serviço prestado, consultam parentes e amigos, constatam que alguns não têm esses problemas com sua empresa contábil. Às vezes demoram, mas sempre tomam a decisão acertada: trocam de empresa contábil.

A boa qualidade dos serviços prestados dependem, também, da qualidade dos materiais a serem empregados e dos equipamentos a serem utilizados, etc. Além disso, deverá cumprir os prazos combinados, tanto perante a legislação como o cliente.

Logo, vários são os fatores que contribuem para melhorar a qualidade dos serviços contábeis. Neste sentido Thomé (2001, p. 81) considera três partes:

- Estrutura;
- Atendimento;
- Produtos e relatórios.

A estrutura é considerada o conjunto formado pelo ambiente no qual estão as pessoas, equipamentos e sistemas necessários à execução do serviço, pelas pessoas que executam os serviços e pela organização interna que faz esse conjunto funcionar com eficiência. O ambiente deve possuir as condições mínimas para a finalidade a que se destina. À medida que melhoram essas condições e agregam-se outros fatores complementares, os resultados

melhoram. A limpeza do ambiente torna-o agradável para quem trabalha nele e causa boa impressão aos clientes. A iluminação, conforme especialistas, melhora a produtividade. A temperatura, também, influencia no conforto e desempenho dos funcionários, e deve ser considerada de grande importância, pois pode gerar desconforto e influenciar na produção.

E aconselhável manter um bom espaço entre as mesas dos diversos setores (pessoal, fiscal, contábil, burocrático e gerência), para que as pessoas possam trabalhar com liberdade sem atrapalhar uns aos outros. Os corredores e as áreas de circulação devem estar livres. Caixas arquivos, pastas, documentos e equipamentos devem sempre estar nos locais a eles designados. Encontrar pacotes e outros objetos no chão ou em cima de estantes deixa em quem vê uma desagradável sensação de desorganização. Em relação a limpeza, devemos nos programar para pintar o local de trabalho pelo menos uma vez ao ano.

Os móveis e equipamentos devem ser substituídos sempre que necessários, objetivando o bom funcionamento das ferramentas de trabalho e melhoramento do ambiente, para torná-lo mais agradável.

Também é importante para a qualidade dos serviços o ambiente social em que se trabalha, o relacionamento entre as pessoas que trabalham na empresa e entre terceiros que se relacionam com a mesma, tais como: colaboradores, clientes e fornecedores.

As reuniões periódicas são de grande importância para o bom funcionamento do escritório, bem como, para a manutenção da qualidade dos serviços. O ideal é que ocorra a cada 15 dias, no mínimo, uma reunião com os funcionários para esclarecer a importância do comportamento, forma de execução dos serviços, importância do cliente para a empresa, limpeza do ambiente, cuidados com o material, arquivamento, economia de recursos, etc.

Vale salientar, que os móveis e utensílios têm como principal característica o conforto para quem deles se utiliza. Este conforto durante o expediente influi favoravelmente no volume e na qualidade dos serviços executados. A beleza e a funcionalidade de mesas, cadeiras, armários, estantes e arquivos contribuem com a estética e com o bom funcionamento da empresa.

Também, devemos considerar, depois do talento e da qualidade dos profissionais que exercem os serviços prestados pela empresa contábil, os equipamentos de informática (micros, impressoras, copiadoras), programas e periféricos, que são os maiores responsáveis pela qualidade dos serviços. Microcomputadores, programas específicos para os setores pessoal, fiscal e contábil, impressoras, programas integrados, micros em rede, estabilizadores, quanto mais afinados estiverem melhor será o desempenho dos executores dos serviços e a qualidade do trabalho final.

Podemos, ainda, citar como indispensáveis os equipamentos de comunicação, já que os clientes são empresas estabelecidas em diversos locais. Uma central telefônica, no mínimo duas linhas telefônicas, fax, modem, acesso a Internet, são os principais equipamentos. A comunicação rápida e eficiente entre a empresa contábil e seus clientes contribue para a melhor qualidade dos serviços.

Em relação às empresas contábeis que oferecem aos seus clientes o serviço de entrega e busca de documentos, é necessário o uso de uma moto, que possibilite a rápida execução destas operações.

Devemos, também, considerar o fator motivação, muito importante para a execução dos serviços, e neste sentido podemos citar: a remuneração, benefícios e ambiente.

Interligando os fatores de uma estrutura empresarial, ambiente físico, ambiente social, equipamentos e pessoas, para que funcionem com harmonia e eficiência, é necessário um conjunto de regras e procedimentos que formam a organização interna, ou seja, regras para: entrada de documentos, fluxo dos documentos, saída de documentos, organograma com as funções de cada setor, regulamento interno e manual de procedimentos.

A entrada de documentos deve ser recepcionada, de preferência, por uma única pessoa, que deve relacioná-los em um protocolo e datá-lo. A saída de documentos também deve ser relacionada em protocolo específico, podendo ser executada por várias pessoas. Este procedimento serve como provam da entrega dos serviços em tempo hábil, e é de grande importância para a empresa de serviços contábeis. O fluxo dos documentos é basicamente a distribuição imediata dos documentos recepcionados para os setores que deles irão se utilizar. A falta de encaminhamento em tempo hábil poderá acarretar atraso na execução do serviço e multa para o cliente. Após a utilização, estes documentos deverão ser encaminhados para o arquivo vivo, onde ficarão a disposição para consultas internas e do cliente, após um determinado período, estes deverão ser devolvidos para o cliente ou transferidos para o arquivo morto. O organograma serve para que todos saibam quem é responsável por cada serviço executado. O regulamento interno indica o horário de trabalho, o uso obrigatório de uniformes, etc. E, por último, o manual de procedimentos que orienta como deve ser executado um determinado serviço, o prazo para execução e entrega, orientação para novos clientes da rotina dos serviços (como prazo para entrega de documentos), etc.

Para as empresas prestadoras de serviços, a atenção que se dá ao cliente tem maior importância na satisfação e conseqüente manutenção do mesmo do que em outras áreas.

O atendimento, para a empresa de contabilidade, é ainda mais importante se levarmos em conta que a carteira de clientes é parte significativa na avaliação da empresa, superando

outros bens (equipamentos, moveis, instalações), que compõem seu patrimônio. Logo, este, deve primar pela rapidez e eficiência. Em relação ao atendimento inicial vejamos a opinião de Thomé (2001, p.91):

O atendimento cortês, amável, simpático que a recepcionista proporciona ao novo cliente deverá ter continuidade no atendimento que o sócio dará na seqüência. Agendando o primeiro contato, na empresa do cliente ou na empresa de contabilidade, o empresário contábil deverá, depois de prestar todas as informações solicitadas pelo cliente, fornecer outras que, mesmo não solicitadas, ele considere de interesse do interlocutor. Deverá também estar munido de informações escritas sobre a sua empresa contábil e passá-las com breves comentários, para permitir que o cliente as estude mais tarde. As informações mínimas que devem ser entregues são: um breve relato sobre a empresa e as pessoas que nela trabalham; uma relação dos serviços que a empresa oferece no mercado; relação contendo nome e telefone de alguns clientes da empresa, para que possam ser tomadas informações e uma minuta do contrato de prestação de serviços contendo as principais condições para a execução dos serviços solicitados.

A qualidade no atendimento depende fundamentalmente da eficiência de quem atende. Os assuntos rotineiros devem ser do pleno conhecimento de quem estiver encarregado do setor consultado e as indagações, pedidos e informações solicitadas pelos clientes devem ser atendidas imediatamente, não importando se a comunicação for pessoal, por telefone, fax ou e-mail.

A qualidade dos produtos e relatórios enviados ao cliente ou à repartições fiscais é de extrema importância para a qualidade dos serviços prestados, por ser o resultado final de todo trabalho executado referente a uma determinada tarefa na sua forma material, palpável; ou seja, para o cliente o trabalho contábil é tão bom quanto a aparência daquele produto que ele tem em mãos.

Quando se pretende prestar serviços com qualidade, a busca pela perfeição deve ser constante. O objetivo da empresa deve ser a perfeição nos trabalhos que executa e nos produtos que entrega ao cliente e ao governo, dessa forma, os erros graves e comprometedores serão evitados ou, pelo menos, minimizados a um nível suportável.

Em relação ao sigilo, nenhum documento ou relatório deve ser enviado ao cliente sem que se tomem os cuidados necessários para que somente o cliente ou quem ele designar tenha conhecimento do seu conteúdo. Para garantir este sigilo basta acondicionar em um envelope o que se vai enviar ao cliente e endereça-lo à pessoa certa. Outras medidas podem ser tomadas com este fim, dependendo das necessidades do interessado.

A impressão de documentos, livros, guia ou relatórios deve ser de forma clara e perfeitamente legível. A estética com que o relatório ou a correspondência for escrita ou impressa sempre impressiona favoravelmente quem está lendo. O papel utilizado contribui bastante para a boa aparência do produto. Todos estes cuidados tornam o produto bonito, agradável de ser visto e contribuem para a boa imagem da empresa contábil junto aos seus clientes.

Um outro ponto importante para qualidade dos serviços contábeis é a escrituração mensal dos livros. O escritório contábil que prima pela qualidade cumpre severamente esta norma, tanto porque, está sendo pago mensalmente para executar este serviço. E trabalhando desta forma pode melhor orientar seu cliente em relação ao movimento de caixa e fornecedores.

A tempestividade é outro ponto a ser considerado. O produto tem que ser entregue a tempo de ser utilizado ou de ser útil. Em se tratando de produto necessário a administração da empresa ou destinado ao pagamento de tributos a antecedência ideal e a antecedência mínima devem ser discutidas e combinadas com o cliente. Devemos conhecer as dificuldades do cliente para, a partir do recebimento da folha de salários, preparar o pagamento de seus funcionários. Da mesma forma ele deve estar ciente da quantidade de dias úteis que, a partir do recebimento de suas informações, o escritório contábil necessitara para preparar, conferir, imprimir e enviar essa mesma folha de salários.

Por fim, para satisfazer ao cliente, a empresa contábil deve analisar o perfil deste e buscar saber quais as informações que, extraídas dos documentos contábeis podem ser úteis para o administrador e colocá-las em evidência, de forma que o destinatário das informações não tenha dificuldade em localizá-las e entendê-las.

## CAPITULO 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

### 2.1 Método de pesquisa

Este capítulo tem como objetivo descrever a metodologia adotada no desenvolvimento do presente trabalho. Metodologia significa, “na origem do termo, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência” (DEMO, 1995: 11).

O método adotado nesta pesquisa, com o intuito de atingir o objetivo proposto, consiste numa investigação do tipo exploratória, pois o objeto em estudo é desconhecido. Para tanto, fez-se estudo descritivo, tendo em vista que, das pesquisas descritivas pode-se chegar à elaboração de perfis, cenários, etc.

Para Santos (2000) a pesquisa descritiva procede a pesquisa exploratória, compreendendo um levantamento das características e componentes de fato/fenômeno/problema. É normalmente feita na forma de levantamento ou observações sistemáticas.

Gil (1999) informa que as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, etc.

### 2.2 Delimitação da população e amostra da pesquisa

O presente estudo foi realizado na cidade de Sousa/PB. Para determinar o universo, ou população desta pesquisa, incluindo a quantidade de empresas atuando nesta cidade, bem como o ramo de atividades foi possível de ser identificado por meio de relatório emitido pela Coletoria Estadual de Sousa/PB, órgão responsável pela fiscalização do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de transportes Interestaduais - ICMS.

De acordo com os dados fornecidos, em 2005, existiam na cidade de Sousa/PB um total de 1.054 empresas regularmente inscritas na Coletoria Estadual do Município, sendo 757 comércio varejista, 68 comércio atacadista, 72 prestadores de serviços, 148 indústrias e 09 empresas rurais.

Entretanto, no processo de caracterização do universo, definiu-se que seriam incluídas apenas, as empresas do comércio varejista, formando assim um grupo de empresas. Decidiu-se, baseado na literatura existente, uma amostra representativa do universo que é objeto desta

pesquisa em 10% das empresas no segmento de comércio varejista, a escolha deste segmento objetiva maior precisão nos resultados, uma vez que representa a maior quantidade de empresas se considerarmos os diversos segmentos. Procurou-se então, definir a amostra baseada na literatura existente uma amostra representativa do universo.

A definição da técnica de amostragem é um fator decisivo para garantir que a amostra seja representativa da população. Segundo Minayo (1996), uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões. Essa exigência se fundamenta na necessidade de manter na amostra as mesmas características encontradas na população.

Dois fatores foram decisivos para a adoção da amostragem nesta pesquisa: os custos operacionais e a precisão. Conforme Richarson (1985), o tamanho de uma amostra deve alcançar determinadas proporções mínimas estabelecidas estatisticamente. Além disso, as necessidades práticas de tempo, custos etc. recomendam não ultrapassar o tamanho mínimo determinado pela estatística.

Decidimos então, fundamentada na literatura acima referida, que o objeto desta pesquisa seria 10% das empresas no segmento de comércio varejista, considerando-se uma amostra válida para fins estatísticos.

### 2.3 Técnicas de Pesquisa

Utilizou-se primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, na qual se coletou materiais tais como: artigos, dissertações, livros, e outros materiais acerca do tema estudado. Pesquisou-se também fontes documentais, tais como, códigos e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e legislações pertinentes.

A técnica de pesquisa adotada foi a aplicação de questionário com perguntas fechadas, a empresários e administradores das empresas que compõem a amostra que representam 10% das empresas que contemplam toda a população do segmento de comércio varejista.

### 2.4 A construção do instrumento de coleta de dados

As perguntas que compõem o questionário apresentam opções que têm como objetivo coletar dados suficientes para conclusão deste trabalho, ou seja, identificar quais os serviços

contábeis necessários para auxiliar na administração e satisfazer as necessidades atuais das empresas do comércio varejista da cidade de Sousa/PB.

## CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo são analisados e discutidos, conjuntamente, os resultados da pesquisa realizada junto às 76 (setenta e seis), que representam 10% das empresas do comércio varejista da cidade de Sousa-PB. Vale salientar que, houve substituição das empresas que não responderam o questionário, de forma a coletarmos resposta para os 76.

Primeiramente, são analisados os dados, com os quais se objetiva caracterizar o perfil das empresas do comércio varejista e dos empresários entrevistados. Em seguida, são ponderados os resultados das questões que visam relacionar quais os serviços contábeis necessários às empresas do comércio varejista de Sousa-PB para facilitar a gestão das mesmas.

### 3.1 O perfil das empresas do comércio varejista e do empresário entrevistado

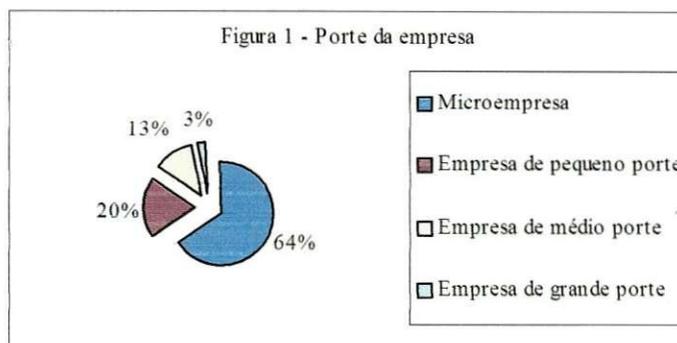
Para caracterizar o perfil das empresas do comércio varejista da cidade de Sousa/PB, bem como do empresário entrevistado, foram utilizadas as perguntas de número 01 a 07, 11 e 12 do questionário incluso no apêndice deste trabalho. As distribuições de frequências dessas variáveis são apresentadas no intervalo compreendido pelas tabelas número 01 a 09.

#### 3.1.1 Porte da empresa

Em relação ao porte do universo da pesquisa (setenta e seis empresas) que responderam ao questionário, quarenta e nove são microempresas, quinze são empresas de pequeno porte, dez são empresas de médio porte e apenas duas são empresas de grande porte, que representam 64%, 20%, 13% e 3% respectivamente.

Porte da empresa	Quantidade de empresas	Frequência
Microempresa	49	64%
Empresa de pequeno porte	15	20%
Empresa de médio porte	10	13%
Empresa de grande porte	02	3%

Tabela 01 – Porte da empresa  
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.



### 3.1.2 Tempo de atividade da empresa

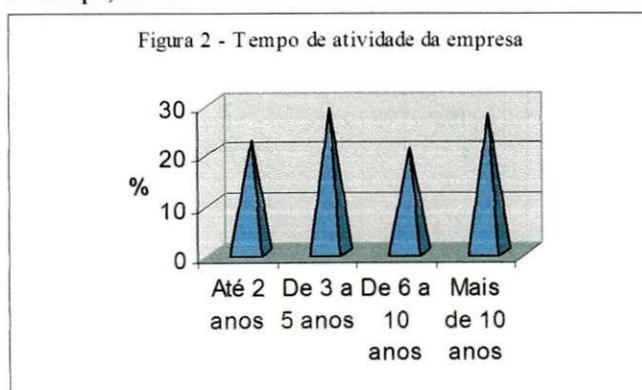
De acordo com a tabela abaixo, a maioria das empresas do comércio varejista está em atividade há no mínimo 3 anos, equivalente a 78% da população pesquisada, das quais 29% tem de 3 a 5 anos, 21% de 6 a 10 anos e 28% tem mais de 10 anos.

Pesquisas realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE aponta que, as empresas após a sua implantação passaram pelo período de, no mínimo, dois anos para se estabilizarem. Relacionando com os dados colhidos no questionário verificamos que, apenas 22% das empresas estão com até 2 anos de existência, fato que pode ter interpretado como falência destas empresas neste período de definição no mercado ou possível estancamento na implantação de novas empresas neste segmento.

Tempo de atividade da empresa	Quantidade de empresas	Frequência
Até 2 anos	17	22%
De 3 a 5 anos	22	29%
De 6 a 10 anos	16	21%
Mais de 10 anos	21	28%

Tabela 02 – Tempo de atividade da empresa

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

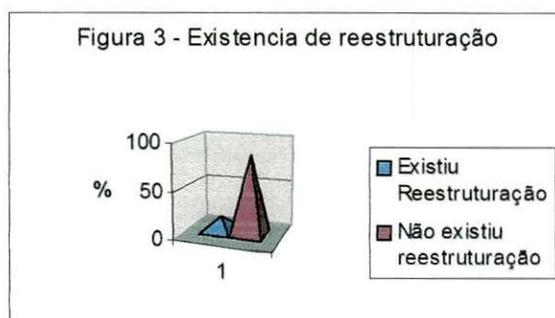


### 3.1.3 Reestruturação societária

Com relação a esta variável, observou-se, segundo apresenta a tabela 03, que 84% das empresas não sofreram reestruturação societária. Já 16% afirmam ter mudado de sócios pelo menos uma vez. Este fato é considerado positivo, visto que revela uma estabilidade nas empresas deste segmento.

Existência de reestruturação na empresa	Quantidade de empresas	Frequência
Existiu reestruturação	61	84%
Não existiu reestruturação	15	16%

Tabela 03 – Existência de reestruturação na empresa  
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

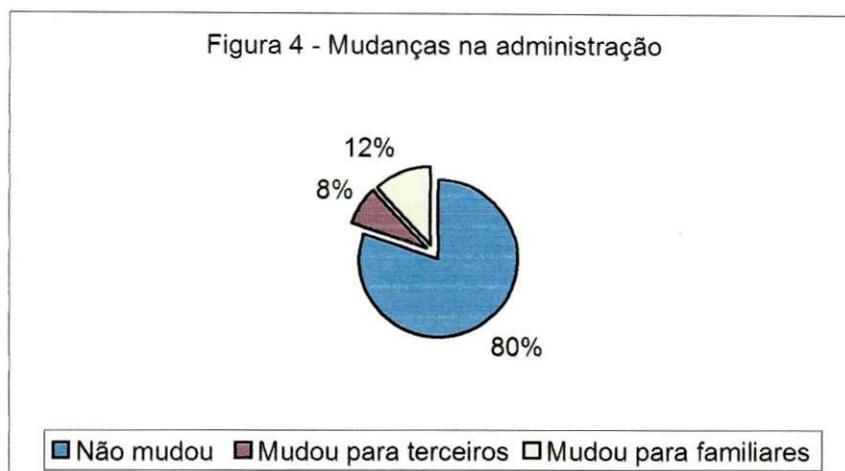


### 3.1.4 Mudanças na administração da empresa

De acordo com a variável mudança na administração da empresa apresentada na tabela 04, 80% das empresas, desde a sua criação, são administradas pela mesma pessoa, equivalendo a 61 empresas. As que efetuaram mudanças na administração apontam duas vertentes, ou seja, 8% mudou para terceiros, representado por 6 empresas, e 12% mudou a administração para familiares, representado por 9 empresas.

Mudanças na administração na empresa	Quantidade de empresas	Frequência
Não ocorreu mudanças	61	80%
Mudou para terceiros	06	8%
Mudou para familiares	09	12%

Tabela 04 – Mudanças na administração na empresa  
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.



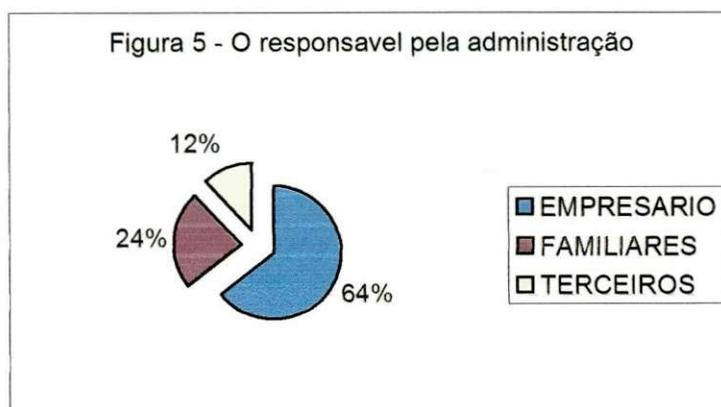
### 3.1.5 Responsável pela administração da empresa

Em relação ao responsável pela administração da empresa, obteve-se os seguintes dados: 64% das empresas são administradas pelo próprio empresário; 24% por familiares e; 12% por terceiros. Logo, apenas 9 empresas adotaram terceiros na administração, revelando que, no comércio varejista da cidade de Sousa/PB pouquíssimas empresas contratam administradores. Este fato é coerente com o perfil apresentado na pergunta 01, em que 64% das empresas estudadas estão classificadas como microempresa, e este porte não apresenta condições financeiras ou mesmo estruturais para contratação de administradores.

Responsável pela administração da empresa	Quantidade de empresas	Frequência
Empresário	49	64%
Familiares	18	24%
Terceiros	09	12%

Tabela 05 – Responsável pela administração da empresa

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.



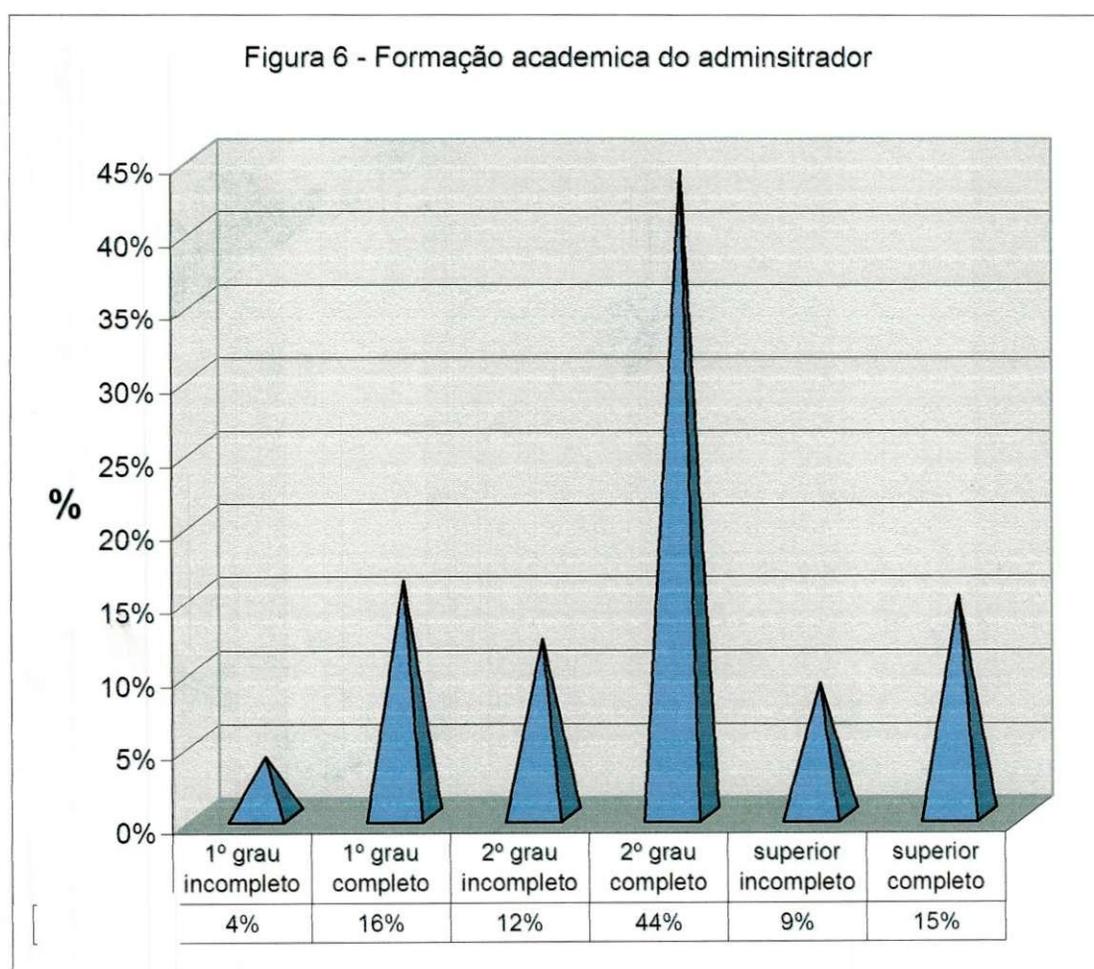
### 3.1.6 Formação acadêmica do responsável pela administração da empresa

Conforme revela a tabela 6 os responsáveis pela administração das empresas estão, em sua maioria, entre o primeiro grau incompleto e segundo grau completo, representando por 76% da amostra, e destes 45% tem o segundo grau completo. Apresenta, também, 7 pessoas com o curso superior incompleto e 11 com o superior completo, ambos em diversas áreas, sendo 9% e 15%, respectivamente.

Formação acadêmica do responsável pela administração da empresa	Quantidade de empresas	Frequência
1º grau incompleto	03	4%
1º grau completo	12	16%
2º grau incompleto	09	12%
2º grau completo	34	45%
Superior incompleto	07	9%
Superior completo	11	14%

Tabela 06 – Formação acadêmica do responsável pela administração da empresa

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.



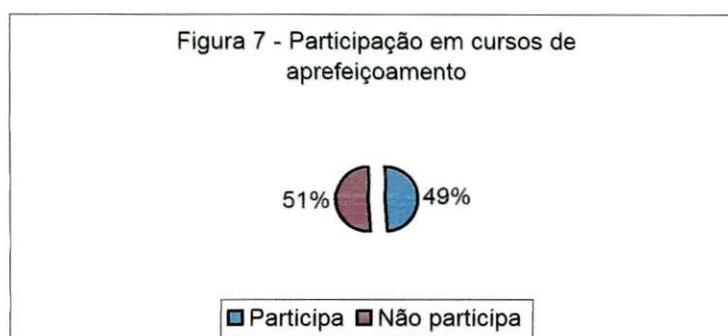
### 3.1.7 Participação em cursos de aperfeiçoamento

Em relação a participação, do responsável pela administração, em cursos de aperfeiçoamento o resultado foi que 37 pessoas participam e 39 não participam. Observa-se que hoje existe uma constante preocupação com a melhora e atualização dos conhecimentos, fato que pode ser a diferença na administração de sucesso de uma determinada empresa.

Participação em cursos de aperfeiçoamento	Quantidade de empresas	Frequência
Participam	37	49%
Não participam	39	51%

Tabela 07 – Participação em cursos de aperfeiçoamento

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.



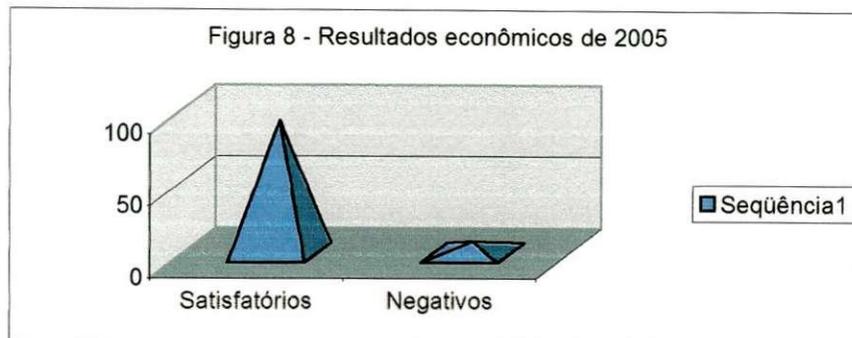
### 3.1.8 Resultados econômicos auferidos no ano de 2005

Quando interrogados sobre os resultados econômicos do ano de 2005 um total de 92% responderam que foram bons e apenas 8% apontaram resultados negativos.

Resultados econômicos auferidos no ano de 2005	Quantidade de empresas	Frequência
Satisfatório	70	92%
Negativo	06	8%

Tabela 08 – Resultados econômicos auferidos no ano de 2005

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.



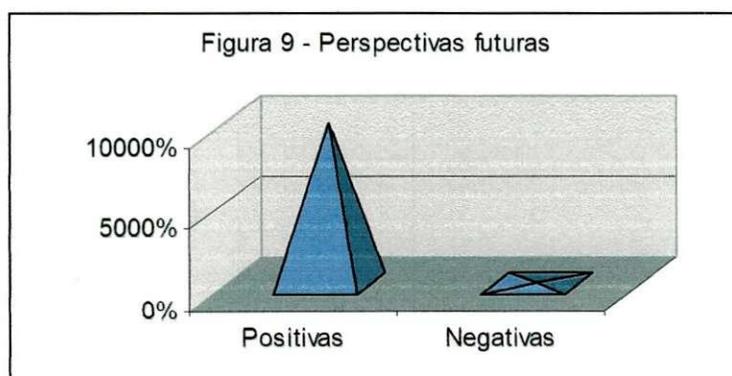
### 3.1.9 Perspectivas futuras

A maioria dos entrevistados mostrou-se otimista em relação às perspectivas futuras. 99% das empresas entrevistadas responderam que o segundo semestre do ano de 2006 será de bons resultados. E apenas 1% respondeu que não tinham boas perspectivas para o próximo semestre.

Perspectivas futuras	Quantidade de empresas	Frequência
Positivas	75	99%
Negativas	01	1%

Tabela 09 – Perspectivas futuras

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.



### 3.2 Serviços contábeis necessários às empresas

Para definir os serviços contábeis hoje utilizados, os serviços necessários à gestão das empresas do comércio varejista da cidade de Sousa/PB e os benefícios esperados, pelos empresários, destes novos serviços, foram utilizadas as perguntas 08 a 10 do questionário

incluso, nas quais os entrevistados poderiam assinalar várias opções ao mesmo tempo, conforme sua realidade. As tabelas 10 a 12 apresentaram as frequências dessas variáveis.

### 3.2.1 Serviços contábeis que as empresas recebem atualmente

Quando interrogados sobre os serviços contábeis que atualmente recebem, as respostas, dos empresários, foram:

Serviços	Receptores	Frequência
Escrituração contábil	46	21%
Processamento do departamento de pessoal	39	18%
Acompanhamento da conta caixa e fornecedores	19	9%
Acompanhamento e orientação da contribuição previdenciária	32	15%
Acompanhamento e orientação na formação do estoque	13	6%
Cálculo do preço de venda e margem de lucro	13	6%
Consultoria empresarial	05	2%
Orientação no arquivamento de documentos na empresa	24	11%
Planejamento tributário	25	12%

Tabela 10 – Serviços contábeis que as empresas recebem atualmente  
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Podemos observar, na tabela 01, que os serviços com maior frequência são: escrituração contábil, processamento do departamento de pessoal e acompanhamento e orientação da contribuição previdenciária, sendo estes, os serviços básicos oferecidos pelas empresas prestadoras de serviços contábeis.

Em relação as menores frequências esta em destaque a Consultoria empresarial, com apenas 2%, e o Acompanhamento e orientação na formação do estoque e o Cálculo do preço de venda e margem de lucro, ambos com 6% de frequência.

### 3.2.2 Serviços contábeis que as empresas gostariam de receber

A relação e frequência dos serviços contábeis que as empresas gostariam de receber atualmente, das empresas que prestam serviços contábeis na cidade de Sousa/PB foram obtidos os seguintes dados:

Serviços	Receptores	Frequência
Escrituração contábil	0	0%
Processamento do departamento de pessoal	4	4%
Acompanhamento da conta caixa e fornecedores	7	7%
Acompanhamento e orientação da contribuição previdenciária	6	6%
Acompanhamento e orientação na formação do estoque	17	18%
Cálculo do preço de venda e margem de lucro	19	20%
Consultoria empresarial	28	29%
Orientação no arquivamento de documentos na empresa	8	9%
Planejamento tributário	7	7%

Tabela 11 – Serviços contábeis que as empresas gostariam de receber

Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

A maior frequência aponta três serviços necessários: Consultoria empresarial, Cálculo do preço de venda e margem de lucro e Acompanhamento e orientação na formação do estoque.

O pesquisador observou que, apesar da Consultoria empresarial ser o serviço mais solicitado, o item 3.2.1 aponta que apenas 2% das empresas do comércio varejista da cidade de Sousa/PB recebem este serviço atualmente. Logo, verificamos que os prestadores de serviços contábeis desta cidade ainda não se adaptaram a tendência mundial, quanto a importância do acompanhamento e assessoramento aos clientes.

### 3.2.3 Benefícios dos novos serviços

Em relação as perspectivas das empresas diante dos novos serviços, vários benefícios foram apontados. Vejamos a tabela 03 abaixo.

Serviços	Receptores	Frequência
Melhores informações ao Fisco Estadual e Federal nas fiscalizações	12	9%
Melhor controle	20	16%
Melhora na qualidade da gestão	20	16%
Aumento das vendas	22	17%
Aumento do lucro	20	16%
Melhoras na organização da empresa	34	26%

Tabela 12– Benefícios dos novos serviços

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Existe, neste ponto, uma grande relação dos benefícios apontados com o item 3.2.2 que aponta os serviços, necessários à gestão das empresas. A consultoria empresarial destacada como principal serviço solicitado resultará em melhora na organização da empresa,

aumento das vendas, aumento do lucro, melhora na qualidade da gestão e maior controle, conforme perspectivas das empresas.

Atualmente o Conselho Federal de Contabilidade em parceria com o SEBRAE está promovendo o curso Contabilizado o Sucesso, que visa trabalhar as qualidades consultivas dos contabilistas, tornando-os aptos a realizar a consultoria. Este curso é fruto de uma pesquisa realizada pelo SEBRAE/MG que em 1992, observou que o profissional mais próximo da microempresa e da empresa de pequeno porte é o contabilista e que, diante de impasses nos negócios, o empresário pode demandar a sua ajuda. Essa percepção desvenda uma grande oportunidade tanto para o contabilista quanto para a microempresa e empresa de pequeno porte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, neste trabalho, pesquisar e relacionar quais os serviços contábeis necessários às empresas do comércio varejista de Sousa-PB, para facilitar a gestão destas. Para tanto será importante caracterizar o perfil das empresas que necessitam de serviços diferenciados para sua gestão, identificar de que se compõe o leque de serviços oferecidos hoje, verificar a necessidade dos novos serviços a partir das características das empresas estudadas, e comparar os serviços fornecidos X necessidade de serviços, das empresas comerciais.

Este trabalho procura mostrar, também, à comunidade dos contabilistas, em que nível os profissionais de contabilidade, que atuam nesta atividade empresarial, se preocupa com o gerenciamento das empresas, não apenas informando o passado, mas também, dando subsídios aos administradores para a melhor opção e para o bom desempenho futuro.

A interpretação dos dados obtida através da pesquisa, possibilitou algumas conclusões, que justificam o alcance do nosso principal objetivo que era o de pesquisar e relacionar quais os serviços contábeis necessários às empresas do comércio varejista de Sousa/PB para facilitar a gestão das mesmas.

Inicialmente, caracterizou-se o perfil de 10% das empresas do comércio varejista da cidade de Sousa/PB, quando os resultados definiram a predominância de microempresas. Em relação ao tempo de atividade ficou constatado que apenas 22% da amostra está atuando no mercado há menos de dois anos. Isto pode significar falência destas empresas no período de definição no mercado ou possível estancamento na implantação de novas empresas neste segmento, ressalta-se que este dado não foi objeto desta pesquisa, mas consta a sugestão para futura pesquisa.

Em seguida foi analisando o perfil do responsável pela administração da empresa, que apontou que a maioria das empresas pesquisadas é administrada pelo próprio empresário, fato característico das microempresas e, em relação ao grau de instrução do administrador 45% deles têm o segundo grau completo e, 49% da amostra têm se aperfeiçoado por meio de cursos e treinamentos específicos. Este quadro mostra que, estes gestores percebem a necessidade de um determinado nível de instrução por parte do administrador para concorrer no mercado atual.

Em relação aos serviços contábeis que as empresas relacionaram como importantes no processo de gestão, cita-se: a consultoria empresarial, o cálculo do preço de venda e margem de lucro e o acompanhamento e orientação na formação do estoque. Sendo esperado, por parte

dos administradores, melhoras na organização da empresa, aumento das vendas, aumento do lucro e melhora da qualidade da gestão após o consumo destes novos serviços. Estas sugestões levam a conclusão de que o contador deve se aperfeiçoar, e iniciar a oferta destes novos serviços hoje necessários à gestão das empresas.

As informações colhidas revelam que as empresas de serviços contábeis da cidade pesquisada estão oferecendo apenas os serviços contábeis obrigatórios. E, diante desta nova realidade apresentada, faz-se necessária a conscientização dos profissionais contábeis acerca da necessidade da oferta destes novos serviços, uma vez que existe uma demanda considerável. Estes não devem se ater somente a satisfazer as necessidades do usuário governo, mais também dos demais usuários da contabilidade, pois esta é uma ciência social, e busca atender a premissa de fornecer informações à sociedade para auxiliar no processo decisório.

A contabilidade vem acompanhando as mudanças no âmbito das empresas, evoluindo e normatizando-se, para se adaptar às necessidades destas. Observamos que no século XIII, com o surgimento das primeiras grandes empresas, a contabilidade, que até então era utilizada como instrumento isolado e fragmentado de registro da movimentação de bens, passou a ser um instrumento mais sistematizado de informações para atividades empresariais. Após esta época outro fato que acarretou mudanças na contabilidade foi a intensidade das atividades comerciais, que desencadeou a necessidade de controle, neste instante a contabilidade despontou como instrumento capaz de fornecer as informações necessárias para o gestão das empresas.

A permanência no mercado de trabalho exige o aperfeiçoamento de conhecimentos, uma vez que são constantes os novos desafios, e neste cenário, o empresário busca ajuda para facilitar os processos de soluções de problemas e tomada de decisões. Porém, a ciência contábil já prevê em sua teoria o suprimento de tais necessidades. O profissional de contabilidade deverá estar apto a contribuir com a sociedade buscando a continuidade e desenvolvimento das entidades para as quais presta serviços, honrando assim o compromisso assumido como representante da ciência contábil.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Código Civil Brasileiro*. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Porto Alegre/MG: Síntese, 2003.
- BRASIL. *Código Tributário Nacional*. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Decreto-Lei Nº 9.295 de 27/05/46*.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Decreto Nº 20.158 de 1931*.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução Nº 850 de 30/07/99*.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução Nº 853 de 29/10/99*.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução Nº 868 de 24/12/99*.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução Nº 892 de 27/11/00*.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Código de ética do contabilista*. 8 ed. Brasília: CFC, 2005.
- CONSELHO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL. *O CRCRS e a legislação da profissão contábil*. 8ª ed. Editora CRCRGS. Porto Alegre. 1998.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco., 1996.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- ELDON, S. Hendrikser; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- FABRETTI, Láudio Camargo. *Contabilidade tributária*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FONTES, José Carlos. *Obrigatoriedade da escrituração contábil*. Responsabilidade profissional, civil, penal e social. Fortaleza: Celigrácia, 1998.
- FRANCO, Hilário. *Estrutura, análise e interpretação de balanços*. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Contabilidade comercial*. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- GATTI, Ivan Carlos. As empresas de serviços contábeis no ano 2000. *Revista brasileira de contabilidade*. Ano XXIX, nº 121, jan./fev. 2000. p. 9-21. ♦

- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PIB: Participação dos setores no valor adicionado. Disponível em :<http://fgvdados.fgv.br>. acesso em: 25/05/2006.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- KOLIVER, Olívio. O futuro da classe e as questões éticas irresolvidas, notadamente diante da expansão do exercício profissional em regime de empresa. *Revista do conselho regional de contabilidade do Rio Grande do Sul*. Nº 84, jan./mar. 1996 p. 14-27.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Contabilidade básica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- \_\_\_\_\_; ROSA, José Antônio. *Marketing do escritório contábil*. São Paulo: IOB Thomson, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco., 1996.
- OLIVEIRA, Juarez de. *Lei de Sociedades Anônimas*. Lei nº 6.404/76. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.
- ROSA, José Antonio; FUTIDA, Honório Tadayoso. *Administração da empresa contábil*. São Paulo: IOB Thomson, 2005.
- SÁ, Antonio Lopes. *Teoria da contabilidade*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Historia geral e das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.
- \_\_\_\_\_; SÁ, Ana Maria Lopes de. *Dicionário de contabilidade*. 9 São Paulo: Atlas, 1995.
- SANTOS, Antonio Raimundo. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3 . ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2000.
- SCHMIDT, Paulo. *História do pensamento contábil*. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- SEMENIK, Richard J.; BAMOSSY, Gary J. *Princípios de marketing: uma perspectiva global*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- THOMÉ, Irineu. *Empresas de serviços contábeis: estrutura e funcionamento*. São Paulo: Atlas, 2001.

## APÊNDICE

## QUESTIONÁRIO

1) QUAL O PORTE DE SUA EMPRESA?

- MICROEMPRESA                       EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
 EMPRESA DE MEDIO PORTE               EMPRESA DE GRANDE PORTE

2) QUAL O TEMPO DE ATIVIDADE DA EMPRESA?

- ATÉ UM ANO     DE 1 A 2 ANOS     DE 3 A 5 ANOS  
 DE 6 A 10 ANOS     MAIS DE 10 ANOS – QUANTOS: \_\_\_\_\_

3) EXISTIU REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA?

- NÃO  SIM - SE SIM, QUAL \_\_\_\_\_

4) EXISTIU MUDANÇAS NA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA?

- NÃO  SIM - SE SIM  MUDOU P/TERCEIROS?  
 MUDOU P/FAMILIARES?

5) QUEM É RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA?

- O EMPRESÁRIO  FAMILIARES  TERCEIROS

6) QUAL A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO ADMINISTRADOR?

- 1º GRAU INCOMPLETO  
 1º GRAU COMPLETO  
 2º GRAU INCOMPLETO  
 2º GRAU COMPLETO  
 SUPERIOR INCOMPLETO – QUAL CURSO: \_\_\_\_\_  
 SUPERIOR COMPLETO – QUAL CURSO: \_\_\_\_\_

7) O ADMINISTRADOR DA EMPRESA ESTÁ SEMPRE SE APERFEIÇOANDO ATRAVES DE CURSOS E TREINAMENTOS ESPECÍFICOS?

SIM

NÃO

8) QUAIS OS SERVIÇOS QUE SUA EMPRESA RECEBE?

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

PROCESSAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL

ACOMPANHAMENTO DE CAIXA E FORNECEDORES

ACOMPANHAMENTO/ORIENTAÇÃO DA CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA

ACOMPANHAMENTO/ORIENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTOQUE

CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA E MARGEM DE LUCRO

CONSULTORIA EMPRESARIAL

ORIENTAÇÃO NO ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS NA EMPRESA

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

OUTROS: \_\_\_\_\_

9) QUAIS OS SERVIÇOS QUE SUA EMPRESA GOSTARIA DE RECEBER?

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

PROCESSAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL

ACOMPANHAMENTO DE CAIXA E FORNECEDORES

ACOMPANHAMENTO/ORIENTAÇÃO DA CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA

ACOMPANHAMENTO/ORIENTAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESTOQUE

CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA E MARGEM DE LUCRO

CONSULTORIA EMPRESARIAL

ORIENTAÇÃO NO ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS NA EMPRESA

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

OUTROS: \_\_\_\_\_

10) QUAIS OS BENEFÍCIOS DESTES NOVOS SERVIÇOS PARA SUA EMPRESA?

MELHORES INFORMAÇÕES AO FISCO ESTADUAL E FEDERAL NAS FISCALIZAÇÕES

MELHOR CONTROLE

MELHORA NA QUALIDADE DA GESTÃO

AUMENTO DAS VENDAS

AUMENTO DO LUCRO

MELHORAS NA ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

OUTROS \_\_\_\_\_

11) OS RESULTADOS ECONÔMICOS OBTIDOS NO ANO DE 2005 FORAM SATISFATORIOS?

SIM

NÃO

12) QUAIS AS PERSPECTIVAS FUTURAS PARA SUA EMPRESA?

ANIMADORAS/POSITIVAS

DESANIMADORAS/NEGATIVAS

ANEXOS

## RESOLUÇÃO CFC Nº 560/83

*Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.*

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os termos do Decreto-lei nº 9.295/46, que em seu artigo 25 estabelece as atribuições dos profissionais da Contabilidade, e que no 36 declara-o órgão ao qual compete decidir, em última instância, as dúvidas suscitadas na interpretação dessas atribuições;

CONSIDERANDO a necessidade de uma revisão das Resoluções CFC nºs 107/58, 115/59 e 404/75, visando a sua adequação às necessidades de um mercado de trabalho dinâmico, e ao saneamento de problemas que se vêm apresentando na aplicação dessas Resoluções;

CONSIDERANDO que a Contabilidade, fundamentando-se em princípios, normas e regras estabelecidos a partir do conhecimento abstrato e do saber empírico, e não a partir de leis naturais, classifica-se entre as ciências humanas e, até mais especificamente, entre as aplicadas, e que a sua condição científica não pode ser negada, já que é irrelevante a discussão existente em relação a todas as ciências ditas “humanas”, sobre se elas são “ciências” no sentido clássico, “disciplinas científicas” ou similares;

CONSIDERANDO ser o patrimônio o objeto fundamental da Contabilidade, afirmação que encontra apoio generalizado entre os autores, chegando alguns a designá-la, simplesmente, por “ciência do patrimônio”, cabe observar que o substantivo “patrimônio” deve ser entendido em sua acepção mais ampla que abrange todos os aspectos

quantitativos e qualitativos e suas variações, em todos os tipos de entidades, em todos os tipos de pessoas, físicas ou jurídicas, e que, adotado tal posicionamento, a Contabilidade apresentar-se-á, nos seus alicerces, como teoria de valor, e que até mesmo algumas denominações que parecem estranhas para a maioria, como a contabilidade ecológica, encontrarão guarida automática no conceito adotado;

CONSIDERANDO ter a Contabilidade formas próprias de expressão e se exprime através da apreensão, quantificação, registro, relato, análise e revisão de fatos e informações sobre o patrimônio das pessoas e entidades, tanto em termos físicos quanto monetários;

CONSIDERANDO não estar cingida ao passado a Contabilidade, concordando com a maioria dos autores com a existência da contabilidade orçamentária ou, mais amplamente, prospectiva, conclusão importantíssima, por conferir um caráter extraordinariamente dinâmico a essa ciência;

CONSIDERANDO que a Contabilidade visa à guarda de informações e ao fornecimento de subsídios para a tomada de decisões, além daquele objetivo clássico da guarda de informações com respeito a determinadas formalidades,

RESOLVE:

## CAPÍTULO I

### DAS ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DOS CONTABILISTAS

Art. 1º O exercício das atividades compreendidas na Contabilidade, considerada esta na sua plena amplitude e condição de Ciência Aplicada, constitui prerrogativa, sem exceção, dos contadores e dos técnicos em contabilidade legalmente habilitados, ressalvadas as atribuições privativas dos contadores.

Art. 2º O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de

militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, *controller*, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

Essas funções poderão ser exercidas em cargos como os de chefe, subchefe, diretor, responsável, encarregado, supervisor, superintendente, gerente, subgerente, de todas as unidades administrativas onde se processem serviços contábeis. Quanto à titulação, poderá ser de contador, contador de custos, contador departamental, contador de filial, contador fazendário, contador fiscal, contador geral, contador industrial, contador patrimonial, contador público, contador revisor, contador seccional ou setorial, contadoria, técnico em contabilidade, departamento, setor, ou outras semelhantes, expressando o seu trabalho através de aulas, balancetes, balanços, cálculos e suas memórias, certificados, conferências, demonstrações, laudos periciais, judiciais e extrajudiciais, levantamentos, livros ou teses científicas, livros ou folhas ou fichas escriturados, mapas ou planilhas preenchidas, papéis de trabalho, pareceres, planos de organização ou reorganização, com textos, organogramas, fluxogramas, cronogramas e outros recursos técnicos semelhantes, prestações de contas, projetos, relatórios, e todas as demais formas de expressão, de acordo com as circunstâncias.

Art. 3º São atribuições privativas dos profissionais da contabilidade:

- 1) avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades, inclusive de natureza fiscal;
- 2) avaliação dos fundos de comércio;
- 3) apuração do valor patrimonial de participações, quotas ou ações;
- 4) reavaliações e medição dos efeitos das variações do poder aquisitivo da moeda sobre o patrimônio e o resultado periódico de quaisquer entidades;

5) apuração de haveres e avaliação de direitos e obrigações, do acervo patrimonial de quaisquer entidades, em vista de liquidação, fusão, cisão, expropriação no interesse público, transformação ou incorporação dessas entidades, bem como em razão de entrada, retirada, exclusão ou falecimento de sócios, quotistas ou acionistas;

6) concepção dos planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais e dos de amortização dos valores imateriais, inclusive de valores diferidos;

7) implantação e aplicação dos planos de depreciação, amortização e diferimento, bem como de correções monetárias e reavaliações;

8) regulações judiciais ou extrajudiciais, de avarias grossas ou comuns;

9) escrituração regular, oficial ou não, de todos os fatos relativos aos patrimônios e às variações patrimoniais das entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processos;

10) classificação dos fatos para registros contábeis, por qualquer processo, inclusive computação eletrônica, e respectiva validação dos registros e demonstrações;

11) abertura e encerramento de escritas contábeis;

12) execução dos serviços de escrituração em todas as modalidades específicas, conhecidas por denominações que informam sobre o ramo de atividade, como contabilidade bancária, contabilidade comercial, contabilidade de condomínio, contabilidade industrial, contabilidade imobiliária, contabilidade macroeconômica, contabilidade de seguros, contabilidade de serviços, contabilidade pública, contabilidade hospitalar, contabilidade agrícola, contabilidade pastoril, contabilidade das entidades de fins ideais, contabilidade de transportes, e outras;

13) controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial;

14) elaboração de balancetes e de demonstrações do movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética;

15) levantamento de balanços de qualquer tipo ou natureza e para quaisquer finalidades, como balanços patrimoniais, balanços de resultados, balanços de resultados acumulados, balanços de origens e aplicações de recursos, balanços de fundos, balanços financeiros, balanços de capitais, e outros;

16) tradução, em moeda nacional, das demonstrações contábeis originalmente em moeda estrangeira e vice-versa;

17) integração de balanços, inclusive consolidações, também de subsidiárias do exterior;

18) apuração, cálculo e registro de custos, em qualquer sistema ou concepção: custeio por absorção global, total ou parcial; custeio direto, marginal ou variável; custeio por centro de responsabilidade com valores reais, normalizados ou padronizados, históricos ou projetados, com registros em partidas dobradas ou simples, fichas, mapas, planilhas, folhas simples ou formulários contínuos, com processamento manual, mecânico, computadorizado ou outro qualquer, para todas as finalidades, desde a avaliação de estoques até a tomada de decisão sobre a forma mais econômica sobre como, onde, quando e o que produzir e vender;

19) análise de custos e despesas, em qualquer modalidade, em relação a quaisquer funções como a produção, administração, distribuição, transporte, comercialização, exportação, publicidade, e outras, bem como a análise com vistas à racionalização das operações e do uso de equipamentos e materiais, e ainda a otimização do resultado diante do grau de ocupação ou do volume de operações;

20) controle, avaliação e estudo da gestão econômica, financeira e patrimonial das empresas e demais entidades;

21) análise de custos com vistas ao estabelecimento dos preços de venda de mercadorias, produtos ou serviços, bem como de tarifas nos serviços públicos, e a comprovação dos reflexos dos aumentos de custos nos preços de venda, diante de órgãos governamentais;

22) análise de balanços;

23) análise do comportamento das receitas;

24) avaliação do desempenho das entidades e exame das causas de insolvência ou incapacidade de geração de resultado;

25) estudo sobre a destinação do resultado e cálculo do lucro por ação ou outra unidade de capital investido;

26) determinação de capacidade econômico-financeira das entidades, inclusive nos conflitos trabalhistas e de tarifa;

27) elaboração de orçamentos de qualquer tipo, tais como econômicos, financeiros, patrimoniais e de investimentos;

28) programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamentos-programa, tanto na parte física quanto na monetária;

29) análise das variações orçamentárias;

30) conciliações de contas;

31) organização dos processos de prestação de contas das entidades e órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, dos territórios federais e do Distrito Federal, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e

fundações de direito público, a serem julgadas pelos Tribunais, Conselhos de Contas ou órgãos similares;

32) revisões de balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;

33) auditoria interna e operacional;

34) auditoria externa independente;

35) perícias contábeis, judiciais e extrajudiciais;

36) fiscalização tributária que requeira exame ou interpretação de peças contábeis de qualquer natureza;

37) organização dos serviços contábeis quanto à concepção, planejamento e estrutura material, bem como o estabelecimento de fluxogramas de processamento, cronogramas, organogramas, modelos de formulários e similares;

38) planificação das contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;

39) organização e operação dos sistemas de controle interno;

40) organização e operação dos sistemas de controle patrimonial, inclusive quanto à existência e localização física dos bens;

41) organização e operação dos sistemas de controle de materiais, matérias-primas, mercadorias e produtos semifabricados e prontos, bem como dos serviços em andamento;

42) assistência aos conselhos fiscais das entidades, notadamente das sociedades por ações;

43) assistência aos comissários nas concordatas, aos síndicos nas falências, e aos liquidantes de qualquer massa ou acervo patrimonial;

44) magistério das disciplinas compreendidas na Contabilidade, em qualquer nível de ensino, inclusive no de pós-graduação;

45) participação em bancas de exame e em comissões julgadoras de concursos, onde sejam aferidos conhecimentos relativos à Contabilidade;

46) estabelecimento dos princípios e normas técnicas de Contabilidade;

47) declaração de Imposto de Renda, pessoa jurídica;

48) demais atividades inerentes às Ciências Contábeis e suas aplicações.

§ 1º São atribuições privativas dos contadores, observado o disposto no § 2º, as enunciadas neste artigo, sob os números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 43, além dos 44 e 45, quando se referirem a nível superior.

*O item 31 foi excluído do § 1º pela Resolução CFC nº 898, de 22 de fevereiro de 2001.*

§ 2º Os serviços mencionados neste artigo sob os números 5, 6, 22, 25 e 30 somente poderão ser executados pelos Técnicos em Contabilidade da qual sejam titulares.

Art. 4º O contabilista deverá apor sua assinatura, categoria profissional e número de registro no CRC respectivo, em todo e qualquer trabalho realizado.

## CAPÍTULO II

### DAS ATIVIDADES COMPARTILHADAS

Art. 5º Consideram-se atividades compartilhadas aquelas cujo exercício é prerrogativa também de outras profissões, entre as quais:

1) elaboração de planos técnicos de financiamento e amortização de empréstimos, incluídos no campo da matemática financeira;

2) elaboração de projetos e estudos sobre operações financeiras e qualquer natureza, inclusive de debêntures, “leasing” e “lease-back”;

3) execução de tarefas no setor financeiro, tanto na área pública quanto privada;

4) elaboração e implantação de planos de organização ou reorganização;

5) organização de escritórios e almoxarifados;

6) organização de quadros administrativos;

7) estudos sobre a natureza e os meios de compra e venda de mercadorias e produtos, bem como o exercício das atividades compreendidas sob os títulos de “mercadologia” e “técnicas comerciais” ou “merceologia”;

8) concepção, redação e encaminhamento, ao Registro Público, de contratos, alterações contratuais, atas, estatutos e outros atos das sociedades civis e comerciais;

9) assessoria fiscal;

- 10) planejamento tributário;
- 11) elaboração de cálculos, análises e interpretação de amostragens aleatórias ou probabilísticas;
- 12) elaboração e análise de projetos, inclusive quanto à viabilidade econômica;
- 13) análise de circulação de órgãos de imprensa e aferição das pesquisas de opinião pública;
- 14) pesquisas operacionais;
- 15) processamento de dados;
- 16) análise de sistemas de seguros e de fundos de benefícios;
- 17) assistência aos órgãos administrativos das entidades;
- 18) exercício de quaisquer funções administrativas;
- 19) elaboração de orçamentos macroeconômicos.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as Resoluções nºs 107/58, 115/59 e 404/75.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1983.

JOÃO VERNER JUENEMANN

Presidente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
VICE-PRESIDÊNCIA DE REGISTRO  
Coordenadoria de Registro

PROFISSIONAIS E ESCRITÓRIOS ATIVOS NOS CONSELHOS REGIONAIS  
DE CONTABILIDADE - MARÇO DE 2006

CRC	Contador	Percentual	Tec. Contab.	Percentual	Total	Percentual	Classif.*	Organiz.	Percentual	Classif.**
AC	202	18,3470%	899	81,6530%	1.101	0,2799%	26°	123	0,1878%	26°
AL	1.675	43,7451%	2.154	56,2549%	3.829	0,9734%	20°	754	1,1510%	16°
AM	2.384	47,5943%	2.625	52,4057%	5.009	1,2733%	17°	478	0,7297%	21°
AP	607	50,1653%	603	49,8347%	1.210	0,3076%	25°	85	0,1298%	27°
BA	7.469	51,0317%	7.167	48,9683%	14.636	3,7206%	7°	2.769	4,2270%	7°
CE	4.769	45,6495%	5.678	54,3505%	10.447	2,6557%	9°	1.929	2,9447%	10°
DF	6.361	50,0275%	6.354	49,9725%	12.715	3,2322%	8°	2.187	3,3386%	9°
ES	5.122	58,3371%	3.658	41,6629%	8.780	2,2319%	11°	1.666	2,5432%	12°
GO	3.761	47,4036%	4.173	52,5964%	7.934	2,0169%	12°	2.554	3,8988%	8°
MA	1.782	46,5517%	2.046	53,4483%	3.828	0,9731%	21°	635	0,9694%	19°
MG	16.079	36,6640%	27.776	63,3360%	43.855	11,1482%	3°	2.807	4,2850%	6°
MS	2.440	46,9682%	2.755	53,0318%	5.195	1,3206%	16°	1.071	1,6349%	14°
MT	3.989	56,1989%	3.109	43,8011%	7.098	1,8044%	14°	1.374	2,0975%	13°
PA	4.909	67,7851%	2.333	32,2149%	7.242	1,8410%	13°	671	1,0243%	17°
PB	2.990	57,1483%	2.242	42,8517%	5.232	1,3300%	15°	655	0,9999%	18°
PE	3.362	37,4596%	5.613	62,5404%	8.975	2,2815%	10°	1.866	2,8486%	11°
PI	2.030	49,1406%	2.101	50,8594%	4.131	1,0501%	18°	518	0,7908%	20°
PR	12.110	53,8294%	10.387	46,1706%	22.497	5,7189%	5°	5.853	8,9349%	3°
RJ	26.100	53,3284%	22.842	46,6716%	48.942	12,4413%	2°	4.749	7,2496%	4°
RN	2.324	59,0597%	1.611	40,9403%	3.935	1,0003%	19°	911	1,3907%	15°
RO	1.602	47,9784%	1.737	52,0216%	3.339	0,8488%	23°	450	0,6869%	22°
RR	404	54,0107%	344	45,9893%	748	0,1901%	27°	140	0,2137%	25°
RS	16.969	54,8608%	13.962	45,1392%	30.931	7,8628%	4°	9.130	13,9374%	2°
SC	8.321	54,6248%	6.912	45,3752%	15.233	3,8723%	6°	3.987	6,0864%	5°
SE	1.216	34,1477%	2.345	65,8523%	3.561	0,9052%	22°	367	0,5602%	24°
SP	52.763	47,5642%	58.167	52,4358%	110.930	28,1991%	1°	17.392	26,5498%	1°
TO	935	45,6320%	1.114	54,3680%	2.049	0,5209%	24°	386	0,5893%	23°
<b>Totais</b>	<b>192.675</b>	<b>48,9791%</b>	<b>200.707</b>	<b>51,0209%</b>	<b>393.382</b>	<b>100,0000%</b>	-	<b>65.507</b>	<b>100,0000%</b>	-

Fonte: Conselhos Regionais de Contabilidade

1) \* Classificação por ordem percentual de profissionais registrados; 2)\*\* Classificação por ordem percentual de organizações contábeis cadastradas.